

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

TAMYRES GABY MARTINS ALVES

**ProUni: revolução simbólica na vida dos beneficiários**



ARARAQUARA – S.P.  
2016

TAMYRES GABY MARTINS ALVES

**ProUni: revolução simbólica na vida dos beneficiários**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para Obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Estado e Políticas Públicas

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Chaves Jardim

**Co-orientadora:** Thais Joi Martins

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – S.P.  
2016

Alves, Tamyres Gaby  
ProUni: Revolução Simbólica na Vida dos  
Beneficiários / Tamyres Gaby Alves – 2016  
83 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Maria Aparecida Chaves Jardim  
Coorientador: Thais Joi Martins

1. ProUni. 2. Herdeiros. 3. Revolução Simbólica. 4.  
Estado. 5. Mercado. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TAMYRES GABY MARTINS ALVES

## **ProUni: revolução simbólica na vida dos beneficiários**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para Obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Estado e Políticas Públicas

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Chaves Jardim

**Co-orientadora:** Thais Joi Martins

**Bolsa:** CAPES

Data da defesa: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Chaves Jardim**  
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

---

**Membro Titular:** **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia de Castro**  
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara.

---

**Membro Titular:** **Prof.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Thais Joi Martins**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB

**Local:** Universidade Estadual Paulista –Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Campus de Araraquara.

*In memoriam* de Jayme Martins, meu avô querido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha orientadora Maria Jardim, por confiar em meu trabalho e por todo o alicerce que me proporcionou nessa jornada de escrita e busca pessoal. Aos colegas do grupo NESPOM e NESEFI, em especial para a minha co-orientadora Thais Martins, pela troca contínua de ideias. Aos meus amigos Maria Luiza, Luiz Ricardo e Bruna, que sempre estiveram na torcida pelas minhas realizações. Agradeço especialmente aos meus pais Katia e Luciano e ao meu irmão Leonardo, pelo amor e paciência. E, por fim, agradeço aos bolsistas entrevistados: sem vocês esse trabalho não teria sido possível. Obrigada por me fazerem sonhar quando eu já não acreditava ser possível.

Perto da noite estou,  
O rumo encontro nas pedras  
Encontro de vez, um grande país eu espero  
Espero do fundo da noite chegar  
Mas agora eu quero tomar suas mãos  
Vou buscá-la aonde for  
Venha até a esquina, você não conhece o futuro  
Que tenho nas mãos.

(Clube da esquina, Milton Nascimento)

## RESUMO

Essa dissertação de mestrado teve como objetivo discutir o ProUni (Programa Universidade para Todos), criado durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em primeiro lugar, abordamos a discussão sobre quem são os herdeiros legítimos da educação no Brasil e quem são os jovens, até então excluídos, que passam a ser inseridos no ensino superior via Prouni. Para ampliar a discussão, contamos com entrevistas realizadas com bolsistas e ex-bolsistas do ProUni, visando averiguar o argumento de que esses estudantes estão transformando as suas vidas por meio do programa, o que chamamos de revolução simbólica.

**Palavras-chave:** ProUni, Estado, Mercado, Herdeiros, Capital Cultural, Revolução Simbólica.

## ABSTRACT

This master's thesis aimed to discuss ProUni (“University for All Program”), created during the government of Luiz Inacio Lula da Silva. First, we provoke a discussion about who are the legitimate heirs of education in Brazil and who are young, hitherto excluded, which become embedded in higher education. To broaden the discussion, we have interviews with scholars and alumni ProUni, aiming to determine the hypothesis that these students are transforming their lives through the program, what we call a symbolic revolution.

**Keywords:** ProUni, State, Market, Heirs, Cultural Capital, Symbolic Revolution.

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b>	Bolsas ofertadas por ano.	28
<b>Gráfico 2</b>	Bolsistas por tipo de bolsa.	29
<b>Gráfico 3</b>	Bolsistas por região.	29
<b>Gráfico 4</b>	Bolsistas por raça.	30
<b>Gráfico 5</b>	Bolsas por categoria administrativa de IES.	31
<b>Gráfico 6</b>	O ProUni deve ser...	35

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Os 10 cursos que o ProUni mais formou.	31
<b>Quadro 1</b>	Perfil dos estudantes entrevistados.	46
<b>Quadro 2</b>	Histórico Escolar dos alunos	48
<b>Quadro 3</b>	Trajetória Familiar	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABMES</b>	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
<b>BIRD</b>	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>COFINS</b>	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
<b>CONAP</b>	Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IPEA/Sips</b>	Sistema de Indicadores de Percepção Social
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
<b>Juli-RP</b>	Juventude Libertária da Resistência Popular
<b>KGB</b>	Comitê de Segurança do Estado
<b>MBA</b>	Mestrado em Administração de Negócios ( <i>Master of Business Administration</i> )
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PIS</b>	Contribuição para o Programa de Integração Social
<b>PPP</b>	Parceria Público Privada ( <i>Public Private Pathership</i> )
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SISPROUNI</b>	Sistema do ProUni
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificada

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. A consolidação do ensino superior privado no Brasil e o ProUni.....	20
1.1. Um breve retrospecto sobre o ensino superior brasileiro .....	21
1.2. O setor privado da educação durante a Égide Militar .....	22
1.3. A educação superior privada nos anos de 1980 e 1990.....	23
1.4. O ProUni: alvo de disputas.....	24
1.5. ProUni: Implementação e história.....	25
1.6. ProUni: Conhecendo o programa em sua esfera nacional.....	28
1.7. Marcos polêmicos do Universidade para todos.....	33
2. Os herdeiros da educação no Brasil.....	36
2.1. A escola e a manutenção da cultura dominante .....	36
2.2. O herdeiros e os batalhadores: o caso brasileiro .....	39
2.3. Capital cultural e econômico: O que rege o contexto brasileiro .....	43
3. A ascensão simbólica: Os bolsistas do ProUni.....	45
3.1. Perfil dos estudantes.....	46
3.1.1. Dados gerais .....	47
3.1.2. Sexo .....	47
3.1.3. Questão étnico-racial .....	48
3.1.4. Cursos .....	49
3.2. Origemfamiliar .....	50
3.2.1. Escolaridade.....	51
3.2.2. Profissão .....	52
3.2.3. Incentivo da família .....	53
3.3. Bolsista: estigma .....	56
3.4. ProUni: primeiro contato.....	57
4. Considerações finais .....	69
Referências bibliográficas .....	70
Anexos.....	75

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado nasceu de uma pesquisa de iniciação científica, que resultou no meu trabalho de conclusão de curso, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Chaves Jardim. A pesquisa anterior suscitou inúmeras questões, o que acabou abrindo várias possibilidades para a continuidade do trabalho no mestrado, afim não só de aprofundar as indagações anteriores, mas fomentar as novas questões que nasceram no caminho e encontram-se nesse texto final. Portanto, o trabalho com a orientadora prosseguiu, com o objetivo de destrinchar o objeto de estudo ProUni, mas sob a ótica do estudante.

Escolher o tema da educação é um desafio, porém, é aquele desafio repleto de motivações e perspectivas. Quando iniciei esse projeto com uma revisão bibliográfica no ano de 2012, não poderia imaginar os desdobramentos tão significativos que ele traria não só para o início de minha trajetória acadêmica, mas para a minha trajetória pessoal de aluna da permanência estudantil da Unesp, que alçou vôos dissertando sobre algo que tanto lhe tocava: a inclusão. Essa inclusão foi o que possibilitou o ingresso de milhares de estudantes ao ensino superior, além de permitir que as suas vidas fossem transformada, sob o sonho do acesso ao ensino superior ser possível –mesmo sabendo que o obstáculo inicial começa na escola, o que sinaliza que muito tem que ser melhorado para que essa inserção seja cada vez mais democrática.

A polêmica que envolve o ProUni, em especial no que concerne aos seus primeiros anos de execução, é o dessa inclusão ser realizada por meio da aliança entre o Estado e o Mercado, já que o programa incita a criação de um mercado da educação superior. Porém, apesar dessa polêmica, o ProUni se consolidou, possibilitando que milhares de jovens tivessem acesso a uma vaga no ensino superior privado. As discussões sobre o programa no legislativo, na mídia e no seio da sociedade civil datam de 2004, o mesmo ano de sua criação. Mas somente no primeiro semestre de 2005 que o programa Foi institucionalizado e a distribuição de bolsas de estudos passa a vigorar. De uma forma geral, os programas sociais representam um ponto polêmico no pensamento da sociedade civil e no discurso reproduzido pela mídia.

O ProUni está em diálogo direto com as reformas realizadas nos últimos anos no Brasil, que sinalizam para uma inclusão democrática do espaço da universidade. Nesse ponto, o pioneirismo do programa destaca-se ao garantir e expandir o direito a uma vaga na universidade, sobretudo para os filhos das classes populares, promovendo assim uma inclusão inédita. Muitos desses jovens são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino

superior, e essa pesquisa demonstra isso a partir do trabalho de campo apresentado na terceira parte do presente texto.

Dados do Censo da Educação de 2013 revelam que o número de estudantes matriculados no ensino superior é de 7.305.977, e que aproximadamente 71,4% deles estão matriculados nas instituições privadas, sendo que só no ano de 2013 o ProUni distribuiu 252,374 mil bolsas.

Considerando-se esse cenário, a dissertação teve como desafio refletir sobre as mudanças no panorama educacional brasileiro no que tange à discussão acerca do ensino superior, tendo como fio condutor o ProUni. Desde a sua implementação no ano de 2005, o ProUni formou milhares de jovens, e as entrevistas realizadas com alguns dos estudantes nos permite falar de alteração morfológica na vida deles, além de uma ascensão simbólica realizada em suas vidas, por meio de mudança social e cognitiva.

#### **a) Inspiração teórica**

A inspiração teórica dessa dissertação teve como principal influência o teórico Pierre Bourdieu e a sua contribuição aos estudos de educação, cujo comprometimento com a sociologia é marcado pela forma de desvelar os mecanismos sociais. Em seu livro *Os herdeiros, os estudantes e a cultura*, que foi escrito em colaboração com Jean-Claude Passeron e publicado durante a década de 1960 – período marcado pela efervescência estudantil –, encontramos uma discussão sobre a educação como privilégio de uma classe e cultura dominante, e o papel da escola para a perpetuação dessa desigualdade. Os jovens das camadas populares, por não possuírem um capital cultural amplo, ficam isolados e dificilmente ingressam no ensino superior. Nas palavras de Bourdieu e Passeron (2014, p.28): “Definindo chances, condições de vida ou de trabalho totalmente diferentes, a origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência a todos os domínios e a todos os níveis da experiência dos estudantes e primeiramente as condições de existência”.

O principal argumento da dissertação, portanto, é sobre a revolução simbólica<sup>1</sup>, conceito presente na obra de Pierre Bourdieu.

---

<sup>1</sup>Quando fomentamos a hipótese da revolução simbólica na dissertação, não podemos deixar de citar que o autor é a personificação dessa revolução. De origem humilde, o autor francês nasceu em uma vila no interior, filho de um carteiro e de uma dona de casa, e ao longo de sua trajetória alçou o posto de sociólogo mais renomado de Paris. Sua trajetória peculiar, se comparada aos seus demais colegas, oriundos de famílias abastadas e com capital cultural consolidado, é possivelmente o elemento que o diferencia dentro do campo das ciências sociais e humanas, como o pensador que nos faz perceber que tudo se trata de uma construção social, isto é, nada é de fato dado por um anseio natural.

Para Bourdieu (2014: 07) revolução simbólica é quando ocorre transformação nas categorias de pensamento de um indivíduo ou de uma sociedade, alterando a forma deste ou desta ver o mundo, assim como a representação social acerca do mundo. A revolução simbólica “desarranja estruturas cognitivas e às vezes, em certa medida, estruturas sociais. Quando bem-sucedida, ela impõe novas estruturas cognitivas que pelo fato de se generalizarem, de se difundirem, de habitarem o conjunto num universo social dos sujeitos que percebem tornam-se imperceptíveis”. Nossas categorias de percepção e apreciação, as que normalmente empregamos para entender as representações do mundo e o próprio mundo, nasceram de uma revolução simbólica bem-sucedida.

Nos inspiramos nesse amplo conceito de Bourdieu, utilizamos o conceito de revolução simbólica de forma pontual, ou seja, para refletir sobre o desarranjo nas estruturas de pensamento e nas estruturas sociais dos beneficiários do Prouni. Mais concretamente, buscaremos apreender, a partir dos dados empíricos, o que mudou na vida desses estudantes de origem popular e como e se suas mudanças alteram a estrutura social na qual estão inseridos (familiares, amigos, vizinhos).

Distanciando-se de uma análise economicista, que enxergaria as mudanças trazidas pelo programa somente a partir da alteração da renda dos beneficiados após concluir o curso, nossa preocupação é de ordem da economia simbólica, ou seja, mesmo que economicamente as mudanças não são (ainda) visíveis, queremos saber se simbolicamente estas mudanças estão acontecendo na vida desses estudantes.

Outros conceitos de Bourdieu utilizados por essa pesquisa são o de *Habitus* e Espaço social. Vejamos. O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu compreende as relações entre o comportamento dos atores e as estruturas sociais. Segundo Bourdieu (2014), a visão de mundo de um indivíduo, ou seja, o sentido empregado por ele ao mundo social está atrelado ao seu processo de socialização. Um ponto crucial é que o *habitus* personifica uma dualidade: são diferenciados, mas também são diferenciadores. Assim, eles operam as práticas distintas e distintas (2014, p. 22):

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintas- o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.

---

Esse conceito permite olhar para uma constante de transformação já que nos auxilia a refletir acerca das características de uma determinada orientação, de identidades sociais e trajetórias biográficas. Portanto, o *habitus* é uma fonte cultural atualizada por inconscientes instituições, o que nos permite entender o sentido produzido pelos estudantes do ProUni. Primeiramente, é a família ou o grupo de origem que inclina o *habitus* e posteriormente ele é condicionado pela escola. Assim cada indivíduo carrega um *habitus* intrínseco a sua trajetória biográfica e os alicerces relacionais são reproduzidos evidenciando o papel ativo de cada um no espaço social.

O espaço social representa a estrutura da sociedade de acordo com o volume de capital social, simbólico e principalmente o cultural e econômico de cada ator em face dos descompassos sociais. Ou seja, o espaço social aloca um conjunto de posições hierarquizadas por meio do campo e os capitais que cada campo privilegia. Nas palavras de Bourdieu (1996, p. 35):

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que, em sociedades mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, o Japão ou a França, são, sem dúvida, os mais eficientes- o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam delas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais

Sendo assim, o espaço social é construído como num alicerce de posições diferenciadas, definidas pelo lugar que ocupam na distribuição de cada capital. Pensando nisso, podemos afirmar que as classes sociais são classes lógicas, condicionadas pela teoria.

O espaço originário do aluno do Prouni é o das classes populares, mas com o programa esses estudantes passam a circular em outros espaços sociais para além da classe popular (universidade, curso de linguagem, viagens ao exterior, estágios em multinacionais), alterando capitais, estilos de vida e representações sociais.

## **b) Metodologia**

Na terceira parte da dissertação, serão apresentadas entrevistas com bolsistas e ex-bolsistas do ProUni. Foram realizadas 16 entrevistas que ocorreram entre os meses de março a junho de 2015 nas cidades de Araraquara e Campinas, ambas localizadas no interior do

Estado de São Paulo. A busca por esses estudantes ocorreu por meio das redes sociais, e após poucos dias um número suficiente de beneficiários do ProUni foi selecionado para as entrevistas que se pautaram em uma abordagem qualitativa. Sobre a escolha pela abordagem qualitativa, entende-se que foi a opção mais pertinente para a análise e construção do objeto. Ao realizarmos as entrevistas, partimos do princípio de que o corpo da hipótese precisa ser investigado e desenvolvido.

Houve dois grandes desafios no trabalho desenvolvido nas entrevistas; primeiramente, cabe citar que um dos desafios parte da exigência constante de atenção e reflexão, pois lidar com o outro demanda um equilíbrio entre engajamento e distanciamento (KAUFFMANN, 1996). O outro desafio concerne à interpretação da transcrição do material coletado; para o texto transcrito, houve uma cautela redobrada em se tentar preservar a oralidade. Ratificamos que algumas das entrevistas foram feitas pessoalmente e gravadas com autorização dos informantes, enquanto que outras aconteceram via *Skype*. Todos os entrevistados estudam ou estudaram em instituições de ensino superior privadas no Estado de São Paulo. As cidades em que se localizam as instituições privadas são: Araraquara, Campinas, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Piracicaba, São Carlos, São José do Rio Preto e São Paulo.

A prática da pesquisa foi fundamental para entender como, social e cognitivamente, o ProUni ganha contornos e denomina alterações que começam a transformar os espaços que anteriormente eram dominados e exclusivos de uma elite, ou seja, dos herdeiros.

A estrutura da dissertação está dividida em três partes: “A consolidação do ensino superior privado no Brasil e o ProUni”, “Os herdeiros da educação no Brasil” e “A ascensão simbólica: Os bolsistas do ProUni”.

Na primeira parte, “A consolidação do ensino superior privado no Brasil e o ProUni”, nos atentamos a traçar uma linha histórica acerca do Ensino Superior privado no Brasil no que diz respeito a sua constituição e crescimento, afim de contextualizar o Programa Universidade para Todos. Já na segunda parte, intitulada “Os herdeiros da educação no Brasil”, a preocupação foi inserir uma discussão acerca dos importantes aspectos concernentes aos herdeiros da educação no Brasil, ou seja, apreender qual seria a distinção desses herdeiros. Para finalizar, a terceira parte da dissertação, “A ascensão simbólica: Os bolsistas do ProUni”, traz as entrevistas realizadas com os bolsistas e ex-bolsistas do programa visando uma aproximação com esses estudantes e uma apreensão dos capitais simbólicos obtidos por eles a partir do ingresso na universidade.

Esperamos, com essa pesquisa, contribuir no mapeamento desse novo fenômeno sociológico que é o Programa Universidade para Todos, mostrando a realidade na qual se insere essa política pública.

## **1. A consolidação do ensino superior privado no Brasil e o ProUni**

O ProUni (Programa Universidade para Todos) nasceu no ano de 2004 e ganhou destaque como um dos principais programas sociais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A bandeira levantada pelo ProUni está na inserção inédita de milhares de jovens à universidade, inserção que ocorre por meio de uma aliança entre o Estado e o Mercado privado da educação. Dessa maneira, a polêmica inicial está estabelecida, pois o projeto inicial do programa foi alvo de inúmeras modificações realizadas pelo setor privado da educação. Dentro de um campo de lutas simbólicas, as modificações ocorrem nos bastidores da política em um jogo de interesses contínuos.

Com a dinâmica estabelecida entre o Estado e o Mercado, o primeiro governo do presidente Lula tinha em seu cerne um projeto de parceria público-privada (PPP) nos setores cruciais, sendo o setor educacional um deles. Porém, a parceria do setor público com o setor privado para a prestação de serviços públicos não é algo exclusivo e novo no Brasil. Datam dos anos 1980 as primeiras iniciativas no Reino Unido.

O modelo de PPP foi consolidado no Brasil como alternativa para viabilizar investimentos, especificamente na área de infraestrutura, atrelados à esfera pública que, por razões orçamentais, encontram-se na maioria das vezes sem disponibilidade suficiente para investir (NASCENTES, 2009). A prática de adoção do sistema de PPP vem crescendo no mundo, principalmente nos países ditos emergentes, casos como o do Brasil, da África do Sul e do Chile (PINTO; GODOY; RIBEIRO, 2011).

No caso brasileiro, o modelo da Parceria Público Privada tem sua ampliação e realização fomentada por meio da institucionalização da Lei nº 11.079/04, que implantou normas gerais para licitação e contratação na esfera da administração pública. Antes da implantação da lei de PPP, o projeto de Lei nº 2.546, de 2003, buscou adequar o atual marco legal de contratação previsto na Lei de licitação (Lei nº 8.666/93) e na Lei de Concessão (Lei nº 8.987/95), pois permitiu, dessa forma, mudanças que elevassem o sistema de parceria e o compartilhamento dos riscos e o financiamento privado, sua característica singular de distinção (LIMA; PAULA; PAULA, 2005). A aprovação da lei corrobora como um marco fundamental que representa a consolidação das parcerias público-privadas, viabilizando assim os investimentos de que o país necessita (BRITO; SILVEIRA, 2005).

Assim, com o ProUni, o Estado dialoga com o mercado, inserindo novos conceitos de inclusão social e acesso para a obtenção do diploma universitário. O mercado está pautado num espaço real de confronto dos atores, cuja proporção é tomada de acordo com a força, a

organização, o recurso e o poder de cada uma das partes. Segundo Polanyi (2000), o mercado provém de uma construção social ponderada por meio do Estado e, assim, está atrelado às suas normas e leis. Numa perspectiva mais ampla, o ProUni faz parte da construção social do mercado da educação no Brasil. É num cenário de centralidade do mercado, sob regulamentação do estado que o Prouni foi criado.

Dito isso, vamos apresentar, no próximo item, um breve retrospecto histórico acerca da constituição das universidades privadas no Brasil, e como a sua consolidação ocorre para assim fomentar e contextualizar o Programa Universidade para Todos.

### **1.1. Um breve retrospecto sobre o ensino superior brasileiro**

A implementação das universidades no Brasil ocorre de forma peculiar se comparamos com o caso dos países colonizados na América Hispânica. No período colonial, temos a preocupação da coroa portuguesa<sup>2</sup> em impedir que as universidades florescessem em território brasileiro e, somente no século XIX, mais especificamente com a chegada da família real ao Brasil em 1808, surgem os primeiros cursos de ensino superior. A preocupação inicial não era a de construir universidades, e sim a de criar cursos que formassem profissionais que se atentassem às demandas do Estado. Eram de responsabilidade da Coroa as escolas que formavam profissionais como médicos, advogados e engenheiros (Durham, 2003).

Até a Proclamação da República, o ensino superior foi de total responsabilidade da Coroa, diferentemente dos países colonizados pelos espanhóis, onde as universidades se constituíram desde o início da colonização e com domínio da Igreja Católica. Com a constituição elaborada pós-proclamação da República, o ensino superior ganhou novos contornos e surgiram as primeiras escolas superiores privadas (Durham, 2003). Somente em 1920 foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, e em 1924 é fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE); a partir disso, um grupo de educadores passa a discutir assuntos que tangem a educação superior no país.

Durante a Era Vargas, ocorre uma reforma no ensino superior com a criação das três primeiras universidades públicas: a Universidade Nacional do Rio de Janeiro, atrelada ao governo Federal; a Universidade de São Paulo, que fazia oposição a Vargas, e a Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira e que funcionou por um curto período, sendo fechada pelo Estado Novo por questões políticas (DURHAM, 2003).

---

<sup>2</sup> Coroa portuguesa: Anteriormente os estudos universitários eram cursados na Europa, sobretudo em Portugal.

O período compreendido de 1945 a 1964 foi marcado tanto por um crescimento urbano e industrial quanto pelo aumento da demanda por profissionais. Nessa época surgem 18 universidades públicas e 10 particulares. Já durante a ditadura militar, o setor privado de educação cresce, mudando o cenário. O próximo item tratará desse crescimento privado durante os governos militares.

### **1.2.O setor privado da educação durante a Égide Militar**

Como mencionado anteriormente, foi durante as décadas de 1960 e 1970, com a Ditadura Militar, que o setor privado de educação cresceu consideravelmente. A razão para tal crescimento pode ser observada por meio dos colaboradores do Golpe de 1964, que tinham empatia com os grupos atrelados a LDB<sup>3</sup> de 1961. A reforma tributária realizada durante o governo militar e o concomitante incentivo fiscal ao setor da educação proporcionaram aos empresários do ramo grandes benefícios. Com a imunidade fiscal, as instituições privadas de ensino passam a acumular mais capital (CUNHA, 2007). Isso explica ainda o constante crescimento do setor empresarial da educação.

Também vale destacar que, no ano de 1968, ocorre a Reforma Universitária, após intensos debates de docentes e pesquisadores e do movimento estudantil. Porém, essa reforma é marcada por um caráter dúbio. De um lado, ela trouxe inovações para as universidades federais e para algumas estaduais e confessionais, gerando grandes benefícios na relação ensino e pesquisa, além do impulso à pós-graduação, o que acarretou em uma geração de pesquisadores. Porém, na outra linha, fomentou o ensino superior privado voltado para o mercado profissionalizante sem perpetuar uma formação crítica e de qualidade (MARTINS, 2009).

Nas décadas de 1960 e 1970, a sociedade brasileira teve um caráter mais urbano e industrial e, com o chamado “milagre econômico” do período, uma prosperidade inédita invadia a classe média, que passa a buscar uma formação mais ampla ingressando no ensino superior, condicionados pela demanda do mercado de trabalho. Em decorrência desses fatores, o número de matrículas nas universidades cresce consideravelmente; vale ressaltar que a Reforma Universitária consegue atender aos anseios dessa classe média por um espaço na universidade e ampliar, em termos quantitativos, o número de profissionais formados para perpetuar o desenvolvimento econômico (CARVALHO, 2006).

---

<sup>3</sup> LDB de 1961: Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi publicada em 20 de dezembro pelo então presidente João Goulart.

Nesse contexto, as universidades privadas se expandem, tornando-se um negócio bastante lucrativo, visto que paralelamente à expansão do acesso não se acompanha uma melhora do nível de excelência. Podemos denominar essas universidades como empresariais, pois elas objetivam o lucro imediato em troca do diploma, em contraponto às universidades classificadas como confessionais ou as “não-lucrativas”, que se aproximam das orientações ratificadas das universidades públicas e se destacam pelo ensino de qualidade e pelo apoio à pesquisa (DURHAM, 2003).

### **1.3.A educação superior privada nos anos de 1980 e 1990**

Na década de 1980, o setor privado de educação correspondia a 77% dos estabelecimentos de ensino superior. Porém, o crescimento do setor educacional se viu comprometido nesse período por uma economia estagnada, diante de altas taxas de inflação e desemprego. O país estava lentamente passando por uma transição democrática após 21 anos de égide militar, e as heranças deixadas no cenário da educação são de taxas alarmantes de analfabetismo e evasão escolar, o que demonstra o quanto a escola pública foi deteriorada durante os governos militares (SAMPAIO, 2011). Porém, mesmo com os impactos do desemprego e de uma economia comprometida, o setor privado de educação teve o impacto da chamada “década perdida”, amenizado graças à renúncia fiscal, o que permitiu que muitos estabelecimentos não fossem levados à falência absoluta.

A estagnação dos anos de 1980 não é sentido na década seguinte e, segundo dados do INEP, o número de matrículas entre 1995 e 1999 passa de 1.759.703 para 2.125.958, o que mostra o tamanho da expansão do ensino superior nessa década. Com a LDB de 1996, mudanças refletem diretamente no setor privado de ensino. As instituições privadas passaram a ter que definir o seu caráter, ou seja, definir se são “lucrativas” ou “sem fins lucrativos” (comunitárias, filantrópicas, confessionais). As instituições que tem o caráter “lucrativas” são as primeiras a sentirem os impactos do artigo 20 da Lei nº 9.394/96 da LDB, pois deixam de ser beneficiadas com recursos públicos e, indiretamente, com a renúncia fiscal. Já as instituições “sem fins lucrativos” continuam isentas à incidência tributária.

Com essa definição, a imunidade tributária cessa e as instituições de ensino superior privadas passam a pagar alguns impostos. Assim, a União e os municípios começaram a arrecadar, e em contrapartida há a queda na rentabilidade do setor privado de ensino. O período de tramitação da LDB (1988-1996) foi marcado por um conflito entre a esfera pública e a privada. Uma força no campo educacional nasce impulsionando as instituições

educacionais como empresas de ensino mobilizadas por atores sociais, pautados pela lógica do lucro em detrimento de um ensino de qualidade (BRZEZINSKI, 2010).

Com a mudança que trouxe a LDB, era esperado que as instituições privadas passassem a pressionar o governo federal, o que de fato aconteceu. As pressões resultaram numa certa flexibilização da questão burocrática, o que proporcionou uma abertura significativa de instituições privadas já no final da década de 1990, e de um crescimento considerável do setor. Esse crescimento também pode ser creditado às reconfigurações e reformas que o ensino superior passou a ter durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), orientadas pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Mundial (BM). O ensino superior da década de 1990 pode ser caracterizado, assim, como aquele em que um novo fôlego passa a constituir o setor privado, enquanto o setor público sofre com a falta de investimentos e com inúmeras greves e precarizações.

#### **1.4.O ProUni: alvo de disputas**

O panorama acima teve como objetivo introduzir o que antecede a implementação do ProUni e, principalmente, contextualizar a história do crescimento do setor privado da educação. O ano de 2003 marca o início do primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva. Dessa maneira, com um novo governo, novas possibilidades são encontradas, ou seja, novos atores sociais emergem, principalmente os oriundos do setor privado educacional, afim de estabelecerem novas relações no que diz respeito aos seus respectivos interesses, e que torna o quadro político complexo e alvo de lutas. Essas lutas, que chamaremos de simbólicas, são permeadas, nos primeiros anos, por convergências e divergências entre atores do Estado e do Mercado, marcadas pela busca de consenso em torno do que se entende por Prouni.

Para ilustrar essa luta, destacamos algumas reportagens veiculadas na mídia impressa, com destaque para uma publicada no dia 31 de maio de 2004, em que Edson Franco, então presidente da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras), classifica as declarações de Tarso Genro – ministro da Educação na época da implementação do ProUni –, como “Lei da KGB”, em alusão ao serviço secreto russo. Tais declarações visavam endurecer o processo de autorização e credenciamento de novos cursos das instituições privadas. Como anteriormente citado, o projeto inicial do programa passou por inúmeras críticas realizadas pelo setor privado e, para se estabelecer uma aliança definitiva, foi buscado um consenso entre atores do estado e do mercado.

Outra questão pontuada nasceu na sociedade civil, oriunda de grupos estudantis atrelados à militância de esquerda, em partidos como o PSOL, que se colocaram contrários ao ProUni e que defendem que a arrecadação realizada poderia ser investida no ensino público. Tarso Genro chegou a chamar os estudantes de oposição ao programa de “fascistas” e “pequenos burgueses” (Folha de São Paulo, 27/07/2004).

Durante os seus dois mandatos como presidente, Lula por diversas vezes defendeu e exaltou o papel “democratizante” do ProUni, declarando que os críticos do programa “[...] não perceberam que ele estava fazendo uma revolução no país”, chegando inclusive a ofender os críticos das políticas educacionais, chamando-os de “babacas” (Estado de São Paulo, 21/08/2008). Em outra ocasião, ao se dirigir a uma parte do movimento estudantil contrária ao programa, Lula proferiu (Estado de São Paulo, 06 de março de 2009): “Quando criamos o Prouni, um grupo de estudantes do Brasil, normalmente ligados à elite brasileira, começou a fazer discurso de que a gente ia privatizar a educação no Brasil”.

No âmbito do judiciário, essa acusação de o programa ser contrário às praxes constitucionais advém não só de uma ação da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, mas também de um pedido formulado pelo Partido Democratas. Somente no ano de 2012, portanto 8 anos após a sua criação, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o ProUni como constitucional por 7 votos a 1. Em reportagem de 03 de maio de 2012, noticiada no Estado de São Paulo, o ministro Joaquim Barbosa declarou que o programa tinha “critérios razoáveis e factíveis” ao vincular parte da receita das instituições de ensino particulares à oferta de serviços gratuitos ou subsidiados – no caso, a oferta de bolsas de estudo. Afirmou ainda que, “sob a ótica financeira”, o programa apresenta um custo por aluno “bastante abaixo” do observado nas universidades públicas – que, segundo ele, só garantem acesso ao ensino superior “de uma pequena minoria”. Já o ministro Marco Aurélio Mello, único que acatou a procedência da ação, justificou seu voto dizendo “[...] que a medida provisória convertida em lei atropelou o trâmite normal de um projeto apresentado pelo Executivo”, e que estava comprometido com a “carta da república”, ou seja, com a Constituição.

O objetivo do item acima é demonstrar a tensão no processo de criação e institucionalização do ProUni, que foi alvo de inúmeras disputas no que tange à sua constituição. Iremos conhecer mais sobre as nuances do programa no próximo item.

### **1.5.ProUni: Implementação e história**

O ProUni foi criado por meio de uma Medida Provisória nº 213 (10/09/04), e institucionalizado na Lei nº 11.096 (13/01/05), tornando-se um dos programas chaves do governo Lula. Ao longo de sua trajetória, o programa alçou marcas importantes, com a inserção de milhares de estudantes no ensino superior. Em meio a um contexto de estratégias de acesso à universidade, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>4</sup> é (re)significado para tornar-se porta de entrada ao ensino superior, por meio do ProUni e do Sistema de Seleção Unificada (SISU)<sup>5</sup>. Só no ano de 2015, o ENEM contou com 7,7 milhões de inscritos, segundo dados do Ministério da Educação, o que mostra a importância que o exame ganha nos últimos anos devido a todos os benefícios de alocação ao ensino superior, seja como bolsista do programa ou como estudante em uma universidade federal.

O objetivo do ProUni é de conceder bolsas de estudo pelo critério socioeconômico, ou seja, a renda familiar bruta mensal deve ser de um salário mínimo e meio por pessoa para os que pleiteiam a bolsa integral (100%), e de até três salários mínimos por pessoa no caso da bolsa parcial (50%). Ao pleiteante cabe a condição de ter estudado na escola pública ou na escola privada como bolsista. Cabe ressaltar dois pontos importantes do programa, o do benefício aos professores e o de seu caráter afirmativo. Professores da rede pública de ensino tem direito a uma bolsa do ProUni e nesse caso a renda não é levada em consideração ao processo, porém, para os professores as bolsas são direcionadas somente em cursos de licenciatura. Quanto ao caráter afirmativo existe uma reserva de cotas para estudantes que se declararem afrodescendentes e/ou indígenas, além da inclusão para portadores de deficiência. Esse percentual de reservas é definido de acordo com os dados do IBGE de cada Estado. Assim o programa se estabelece por um patamar inédito ao incluir nas universidades e garantir direitos, sobretudo para os filhos das classes populares. Na nossa amostra, esses estudantes são os primeiros de suas famílias a conquistarem um diploma universitário, dado que em termos simbólicos, não pode ser naturalizado.

Um outro ponto que concerne ao ProUni está no mecanismo de controle social e de interação do programa com a sociedade civil, que ocorre com a criação da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (CONAP) no ano de 2006. Além disso, a CONAP também tem a função de receber denúncias, críticas e sugestões que visem um

---

<sup>4</sup> ENEM: Criado no ano de 1998 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o exame tinha como objetivo avaliar anualmente estudantes do Ensino Médio. Durante o governo Lula, o ENEM passa a ter a função de ingresso à universidade pública e privada.

<sup>5</sup> SISU: O Sistema de Seleção Unificada é um mecanismo criado pelo Ministério da Educação no ano de 2009 que selecionou estudantes para instituições públicas de ensino superior a partir da nota obtida no ENEM.

aperfeiçoamento do Programa Universidade para Todos. A composição dessa comissão é feita por professores, alunos e dirigentes das instituições privadas e do Ministério da Educação.

É importante ressaltar como essa política pública está inserida pensando a esfera econômica e assim entender o contexto ao qual o programa nasce. O indicador basilar da situação fiscal era anteriormente o *déficit* público, mas posteriormente com a abertura do mercado financeiro acarretou-se uma ampla volatilidade do capital que, na margem da corrente econômica dominante, traz uma nova esfera à avaliação fiscal (CARVALHO, 2006). A dívida pública passou a ocupar o papel de protagonista na valorização do capital financeiro, ou seja, o controle do *déficit* público deixa de ser referência, passando esse indicador à sustentabilidade da dívida.

Em 1998, após o acordo com o FMI, a política fiscal foi terminantemente fomentada no Brasil. O FMI passou a exigir do governo de Fernando Henrique Cardoso um *superávit* primário que garantisse a sustentabilidade da dívida, independentemente das taxas de câmbio e juros que sobrevinham sobre a dívida pública (CARVALHO, 2006).

Quanto à renúncia tributária/fiscal, a ideia é oriunda do final da década de 1960, quando o regime militar utilizava desse meio para estimular o chamado projeto de desenvolvimento nacional, beneficiando assim um leque de setores de diferentes atuações (CARVALHO, 2006).

Assim, com a dinâmica perpetuada na renúncia tributária, as instituições privadas que participam do ProUni têm alguns de seus tributos isentados pelo Governo Federal, a saber: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); o de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; o de Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 199; e, por fim, o de Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), instituída pela Lei nº 7, de 7 de setembro de 1970 (CARVALHO, 2006).

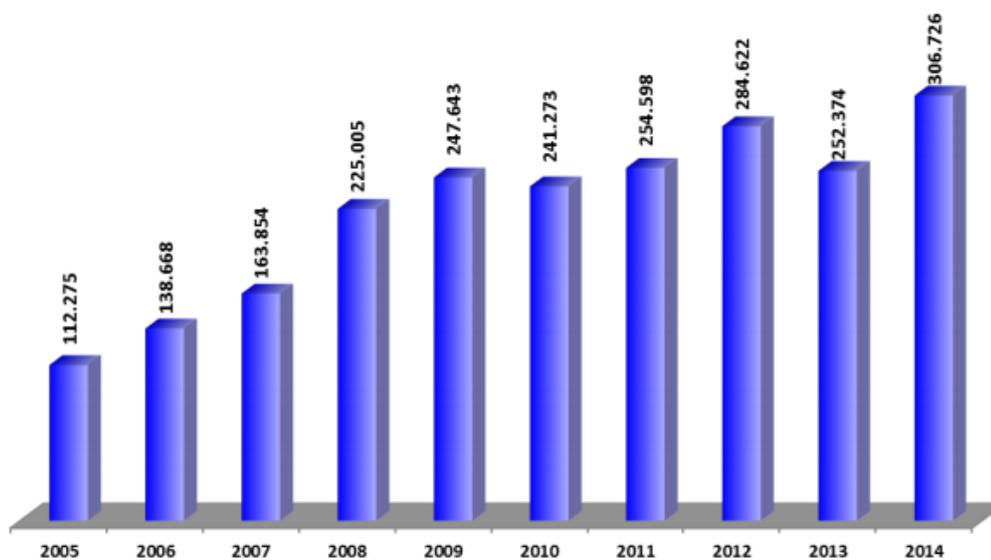
Essas informações nos permitem afirmar sobre o papel protagonista do Estado, negociando impostos com o mercado. Como mostra Bourdieu no livro *Sobre o Estado*, o Estado pode ter importância fundamental no processo de transformação das categorias cognitivas de uma sociedade, por meio da criação de marco jurídico e de políticas públicas que dialogam nessa direção: transformação social e cognitiva. Aqui, nessa pesquisa, não ignoramos o papel do estado na possível revolução simbólica vivenciada pelos beneficiários do Prouni.

A seguir, apresentamos o ProUni em dados.

## 1.6.ProUni: Conhecendo o programa em sua esfera nacional

Desde a criação do ProUni até o ano de 2014, foram mais de um milhão de bolsas ofertadas, como mostra o gráfico a seguir referente à distribuição de bolsas do ano de 2005 a 2014:

**Gráfico 1:**  
**Bolsas ofertadas por ano**

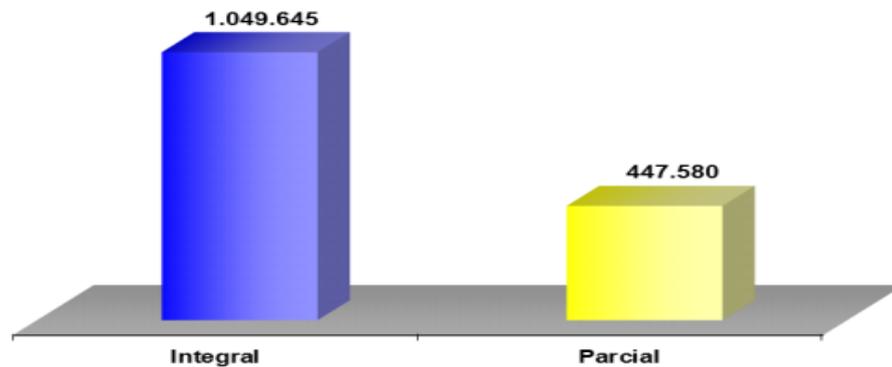


Fonte: Sispruni (05/01/2016).

Sobre a distribuição de bolsas integral e parcial, desde a implementação do programa até o ano de 2014, 70% das bolsas distribuídas são de caráter integral, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 2:**

### Bolsistas por tipo de bolsa

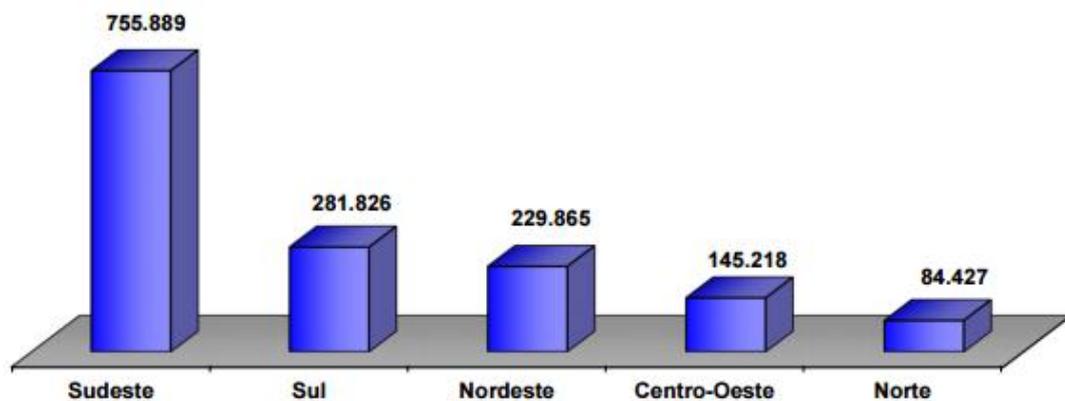


Fonte: Sisprouni (05/01/2016).

Quanto às bolsas distribuídas, a representação gráfica abaixo ilustra que 50% das bolsas estão concentradas no Sudeste, o que mostra o descompasso regional:

### Gráfico 3:

#### Bolsistas por região



Fonte: Sisprouni (05/01/2016).

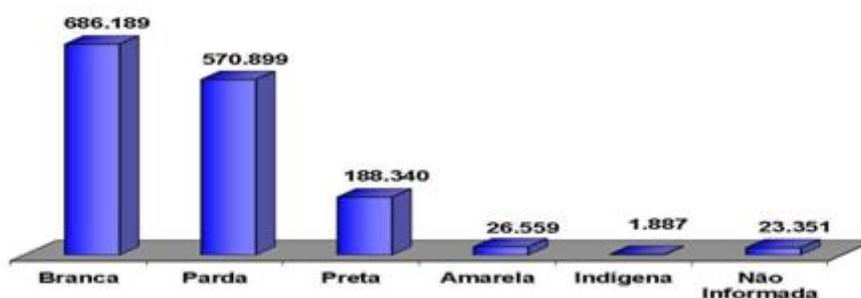
Esse dado de bolsistas por região fomenta as clivagens sociais que tangem diretamente as questões educacionais e marcam o nosso país, pois uma região concentra metade das bolsas distribuídas pelo programa. Uma crítica que surgiu no auge das discussões do ProUni, em 2004, vem do movimento estudantil Juli-RP (Juventude Libertária da Resistência Popular, que indica: “[...] na troca do investimento público pela compra de vagas privadas, o governo está privilegiando, mais uma vez, as regiões mais ricas do país, pois são nelas que estão

concentradas as universidades privadas” (SEGENREICH, 2009, p.209). Segundo dados do *Todos pela educação*, a taxa de concluintes do ensino médio até o ano de 2013 foi de (62,8%) no Sudeste; (57,8) no sul; (56%) no centro-oeste; (45,3%) no nordeste e (40,4%) no norte. Assim, podemos apontar que uma das razões das bolsas serem mais distribuídas na região sudeste está atrelada a taxa de concluintes do ensino médio, além da alta concentração de instituições privadas de ensino superior nessa região.

Outro ponto que deve ser observado, está na distribuição por bolsas, pensando-se a questão étnica-racial, como demonstra o gráfico abaixo:

**Gráfico 4:**

**Bolsistas por raça**



**Fonte:** Sisprouni (05/01/2016).

O gráfico chama a atenção para o fato de que temos uma predominância de pessoas de origem branca como bolsistas do ProUni, o que está em homologia com a realidade dentro das universidades públicas. Segundo dados do IBGE, o número de estudantes matriculados no ensino superior entre 18 e 24 anos aumentou de 27% para 51% entre 2001 e 2011, e dentro desse quadro o percentual de estudantes negros e pardos foi de 10,2% para 35,8%. Mesmo com esse aumento de estudantes negros e pardos ao ensino superior, o número de estudantes brancos continua sendo maior com o percentual de 39,6% para 65,7%, levando-se em conta as considerações anteriormente citadas de idade e anos analisadas.

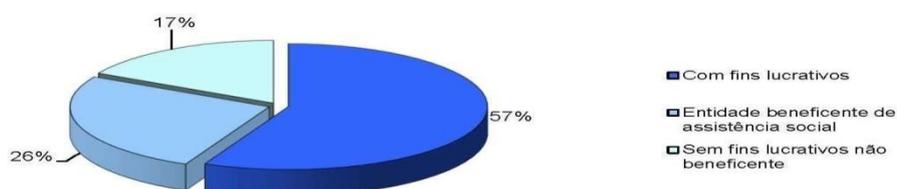
Podemos destacar que a política de cotas foi importante para inserir os estudantes negros, pardos e indígenas aos bancos da universidade, porém os números demonstram que, mesmo com um crescimento considerável, essa população permanece excluída nesse espaço e a manutenção de um *status quo* se faz. Nesse sentido, no tocante às relações de reprodução

material e simbólica, os estudantes do ProUni já formam um grupo privilegiado: aquele que concluiu o ensino médio no Brasil.

Outra informação importante é o perfil das instituições privadas que formam o mercado da educação. No quadro abaixo, observamos a predominância de instituições com fins lucrativos (57%), em segundo lugar as instituições beneficentes (26%) e, por fim as sem fins lucrativos não beneficentes (17%):

**Gráfico 5:**

**Bolsistas por categoria administrativa de IES**



**Fonte:** Sisprouni (09/11/2014).

Ainda quanto ao perfil das instituições privadas participantes, vale ressaltar que as que são definidas com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes concedem uma bolsa para cada 10,7 estudantes pagantes regularmente matriculados. Já as sem fins beneficentes de assistência social concedem uma bolsa para cada 9 estudantes regularmente matriculados. Dados do Ministério da educação de 2011 apontavam que 1.442 instituições privadas faziam adesão ao *Programa Universidade para Todos*, e que a adesão ao programa tem um prazo de vigência de 10 anos que pode ser renovado pelo mesmo período.

Em relação aos cursos com o maior número de graduados pelo ProUni, dados do Sesu de 2011 mostram que o curso de Administração é o que mais teve concluintes:

**Tabela 1:**

<b>Os 10 cursos que o Prouni mais formou.</b>		
<b>Ranking</b>	<b>Curso</b>	<b>Formados</b>
1	Administração	23.729
2	Pedagogia	13.856
3	Direito	11.263
4	Enfermagem	7.737
5	Ciência Contábeis	7.454

6	Educação Física	5.822
7	Gestão de Recursos Humanos	4.589
8	Fisioterapia	3.785
9	Ciências Biológicas	3.355
10	Farmácia	2.876
Fonte: Sese (2011)		

**Fonte:** SESU (Secretaria de Educação Superior), 2011.

Esse dado referente ao curso que mais formou bolsistas do ProUni está em homologia direta com o cenário nacional, visto que o curso de Administração é o que mais forma estudantes no país e conta com 833,042 matriculados, segundo dados do ano de 2013 do Censo da Educação Superior.

Sobre o curso de Pedagogia, vale ressaltar a concessão de bolsas para professores da rede pública em cursos de licenciatura, o que pode ser um dos motivos para o curso ser o segundo que mais gradua bolsistas. Quanto aos demais cursos, as escolhas são baseadas em fatores como: melhorias nas condições econômicas e sociais, cursos de prestígio ou mesmo pela demanda do mercado de trabalho.

Bourdieu (2014) explana que existe uma correlação entre a origem social do estudante e o curso por ele escolhido. Essa correlação é refletida em aspectos como idade, sexo e a questão geográfica. Os herdeiros legítimos ingressam em cursos prestigiados das melhores universidades francesas, enquanto os não herdeiros, quando ingressam no ensino superior, acabam frequentando cursos sem muito prestígio. Para o autor francês, as aspirações escolares desdobram-se em objetividades referentes à realidade de cada ator social, ou seja, as escolhas são delimitadas em função das trajetórias.

Dados do Sisu de 2015 mostram que o curso de medicina é o mais concorrido das universidades federais, sendo que a concorrência foi de 120 candidatos por vaga. Um estudante de escola pública que concorre a uma vaga em medicina, e tem nessa concorrência um estudante que estudou em uma escola privada e fez um cursinho pré-vestibular, acaba saindo em desvantagem, como em um jogo, onde quem está melhor preparado ao conteúdo cobrado no vestibular vence. Isso já desmistifica a ideia do “sucesso escolar” como aptidão natural, como dom, debate presente em Bourdieu e sua equipe.

Numa discussão ampla, que concerne às escolhas de cursos, é importante apreender que nenhuma escolha nasce do acaso, ou seja, as escolhas estão atreladas às percepções de melhorias pessoais, principalmente no âmbito profissional. Além disso, temos que ter em mente o conceito de “campo dos possíveis”, também de Bourdieu. Segundo o autor, o campo

dos possíveis é um recurso metodológico utilizado para explicar as aspirações e desejos dos indivíduos, em comparação com a sua real condição estrutural e material. Segundo ele, “o campo dos possíveis tem os mesmos limites do campo das possibilidades objetivas”. (BOURDIEU, 2000, p 77). Mais concretamente, o aluno Prouni faria inconscientemente e cognitivamente uma “conta” para tomar a decisão sobre qual curso se inscrever. Esse curso estaria no campo dos possíveis a partir do lugar que ocupa no mundo social. Assim, um filho de pedreiro pensa em fazer administração, pedagogia, licenciaturas; o sonho de cursos como medicina, engenharias e direito estaria mais distante, mesmo que inconsciente. Contudo, apesar de decidir dentro do campo dos possíveis, ocorrem alterações nas posições ocupadas no espaço social.

### **1.7. Marcos polêmicos do Universidade para todos**

Alvo de críticas e polêmicas desde sua criação, citamos que o ProUni esteve envolto numa disputa simbólica e cultural. Ademais, as outras polêmicas que envolvem o programa estão na questão da permanência estudantil e no amplo aparato em prol do mercado privado de educação.

Quanto à questão da permanência, Catani, Giliolo e Hey (2006) afirmam que o ProUni promove uma política de acesso ao ensino superior, mas estaciona na esfera da permanência estudantil, carregando, dessa maneira, o benefício, e não os direitos, que concernem aos estudantes. O estudante excluído consegue o acesso à universidade, e o que vem com esse acesso é uma manutenção diária com transporte, alimentação, material didático, entre outros, e é esse o ponto que leva muitos estudantes a desistirem e a interromper os estudos. Dessa maneira, para uma efetiva democratização do acesso às universidades, é crucial uma ampliação nas políticas voltadas para a permanência estudantil (ZAGO, 2006). Por meio dessas políticas, temos uma efetiva inserção ao espaço da universidade, visto que o desafio do ingresso é inicial, pensando-se no decorrer da trajetória acadêmica.

Para remediar a questão da permanência estudantil no programa universidade para todos, o MEC passou a conceder, em 2006, uma bolsa chamada Bolsa Permanência, que em 2015 está no valor de R\$ 400,00, para, assim, auxiliar de forma ampla esses estudantes. Segundo informações do MEC, referentes ao primeiro ano de concessões de bolsas do ProUni em 2005, tem-se 112 mil estudantes matriculados, dos quais 95 mil permaneceram na universidade, e uma evasão equivalente a 15%, que pode estar atrelada à permanência do

estudante ou à insatisfação mediante ao curso ou instituição. Para manter a bolsa, o estudante deve apresentar bom rendimento acadêmico e presença mínima em 75% das disciplinas.

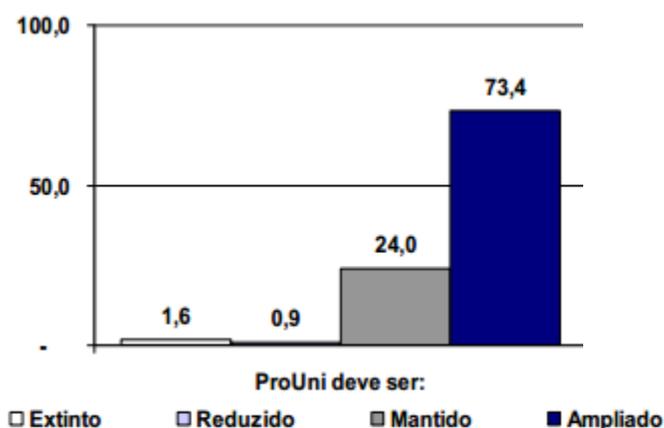
Outro ponto alvo de polêmicas recai sobre um aprofundamento da privatização do ensino superior. Nessa direção, Catani (2006) afirma que o ProUni apresenta uma inserção de caráter precário dos pobres na esfera privada de ensino, visto que as instituições não são de qualidade, principalmente se for considerado o fato de que os alunos são classificados pela nota do ENEM.

As políticas públicas carregam fragilidades e, nesse quesito, a existência de polêmicas norteiam o que deve ser melhorado ou modificado. Somente dessa maneira uma política como o ProUni passa a alcançar um número maior de participantes, acarretando em benefícios reais para suas vidas. De um modo geral, segundo discursos oficiais, o ProUni é uma constante na busca por justiça social que permite ao ator e ao seu coletivo uma melhoria na autoestima.

Mesmo que o Programa Universidade para Todos oferece a possibilidade de melhoria nas condições econômicas e na ascensão social de atores então banidos da inserção ao ensino superior, o programa representa polêmica no pensamento da sociedade civil e no discurso reproduzido pela mídia. Assim, no que concerne à representação cultural, o ProUni já foi tachado pejorativamente de “assistencial”, “angariador de votos do PT (Partido dos Trabalhadores)” e esteve envolto de comentários como o que segue: “jogada política para beneficiar apadrinhados do PT” (Estado de São Paulo, 14/09/2004).

Porém, dentro desse quadro vale ressaltar uma pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 2010, com a seguinte indagação para os entrevistados: qual encaminhamento deveria ser dado ao ProUni. O gráfico abaixo ilustra as respostas:

**Gráfico 6:**



Fonte: IPEA, 2010.

Com base nessa pesquisa desenvolvida pelo IPEA, podemos constatar que a maioria dos entrevistados é favorável à ampliação e continuidade do Programa Universidade para Todos. A conclusão é de que as políticas públicas, quando voltadas para a educação, recebem uma aceitação e aprovação expressiva da sociedade, ou seja, quando voltados à extensão educacional o patamar distorcido é convertido a uma aceitação ampla.

Feitas as devidas considerações, apresentamos a seguir a segunda parte da dissertação, que visa discutir quem são os herdeiros legítimos da cultura escolar no Brasil. Assim, os novos ingressantes, que não são os herdeiros, passam a movimentar um espaço que anteriormente seus pais não alcançaram. Além da discussão acerca do papel do capital cultural e econômico no cenário brasileiro, a contribuição do livro *Os herdeiros* de Bourdieu e Passeron foi fundamental para a construção dessa segunda parte.

## 2. Os herdeiros da educação no Brasil

No Brasil, a educação é tradicionalmente privilégio dos herdeiros, ou seja, dos jovens provenientes das camadas sociais mais abastadas. São esses jovens que estudam nas melhores escolas, preferencialmente privadas, e ingressam nas universidades públicas em cursos de prestígio, marcando, dessa maneira, a manutenção do *status quo* (JARDIM; ALVES, no prelo). Diante dessa realidade, programas como o ProUni e as cotas começam a ressignificar o cenário educacional, movimentando uma alteração cognitiva e morfológica.

Foi durante a década de 1960, marcada pela efervescência dos movimentos estudantis, que o livro *Os Herdeiros* de Pierre Bourdieu, em colaboração com Jean-Claude Passeron, foi lançado na França. Na época em que o livro foi publicado, somente 6% dos alunos que frequentavam o ensino superior eram filhos de operários. Assim, as regras do jogo universitário francês eram explícitas, demonstrando que o sistema de ensino reproduz e ratifica as desigualdades sociais como desigualdades naturais. Ou seja, a educação é privilégio de uma cultura dominante e a escola tem o papel fundamental de perpetuar essa desigualdade.

Lembramos que o tema da educação surge nos primeiros anos de carreira acadêmica de Bourdieu, quando passa a mostrar os papéis da família e da escola na transmissão de determinada cultura (capital cultural), que ora é valorizada e ora despreza pela escola. Já que o a escola seleciona arbitrariamente determinada cultura como legítima, a escola é considerada por Bourdieu, como uma matriz de lutas, que certifica cada ator em seu espaço social de uma construção social.

### 2.1.A escola e a manutenção da cultura dominante

A instituição escolar tem papel crucial na sociedade, especialmente a brasileira, porém cabe a essa pesquisa mostrar que a escola nem sempre é a porta de entrada para um futuro de oportunidades e mesmo da promoção de uma igualdade democrática de ensino. Existem limites no papel da escola enquanto libertadora.

Portanto, mesmo que considerando limites numa análise oriunda do contexto francês, a obra de Buordieu é inspiradora para pensar que a escola é uma instância conservadora e que seu caráter é atrelado à manutenção constante de uma ordem simbólica. Ao delimitar fronteiras implicitamente, a instituição escolar trata o descompasso social como um descompasso natural, e assim legitima os herdeiros que são eleitos por possuírem um capital

cultural amplo. Basicamente, a escola privilegia aqueles jovens que já tem uma bagagem cultural oriunda de suas famílias. Sobre isso, Bourdieu discorre (p. 37, 2014):

O sistema escolar age como o demônio de Maxwell: a custo do gasto de energia necessária para realizar a operação de triagem, ele mantém a ordem preexistente, isto é, a separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes.

O capital cultural é um conceito crucial para se apreender essa desigualdade de desempenho educacional de estudantes oriundos de diferentes classes sociais na França, podendo-se relacioná-lo ao chamado “sucesso escolar”, que seriam, no caso, os benefícios que os estudantes de distintas classes adquirem e obtêm na trajetória escolar, e como que o capital cultural é empregado nas diferentes modalidades sociais. Esse conceito é condicionado pela transmissão da família e pelo sistema escolar, e pode ser observado sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado.

O capital cultural incorporado está atrelado às disposições do corpo, ou seja, à maneira de se sentar, comer, caminhar, falar, etc. Já o estado objetivado é a materialização do bem cultural com a posse de livros, quadros, esculturas, entre outros. E, por fim, a institucionalização do capital cultural ocorre pela legitimação das instituições por meio de títulos escolares e diplomas universitários.

A crença de uma “escola libertadora”, de dom e genialidade é totalmente inexistente; a escola não passa de um sistema de conservação social, que confirma a herança cultural. Bourdieu e Passeron ratificam a escola como reprodutora de uma lógica dominante, e o papel determinante do capital cultural nessa relação, afinal a escola leva em consideração a aquisição ampla do saber (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 92-93):

Os defensores da agregação podem legitimamente argüir que, em oposição a um sistema de solução fundado na qualidade estatutária e no nascimento, o concurso oferece a todos chances iguais. Isso é esquecer que a igualdade formal que o concurso assegura apenas transforma o privilégio em mérito, pois permite que a ação da origem social continue se exercendo, mas por vias mais secretas. O sistema de educação deve, entre outras funções, produzir sujeitos selecionados e hierarquizados de uma vez por todas e para toda a vida.

A partir de uma representação gráfica e estatística, do livro *Os herdeiros*, Bourdieu e Passeron demonstram o quanto as chances escolares estão ligadas à origem social e, assim,

define-se quem são os herdeiros legítimos. Portanto, a instituição escolar promove arbitrariamente a violência simbólica<sup>6</sup> em detrimento ao estudante que não possui a cultura legítima estabelecida. Dessa forma, Bourdieu e Passeron ratificam que (2014, p. 30-31):

Numa população de estudantes, não se apreende mais que o resultado final de um conjunto de influências decorrentes da origem social e cuja ação exerce-se há muito tempo. Para os estudantes originários das classes baixas que sobreviveram à eliminação, as desvantagens iniciais evoluíram, o passado social transformando-se em passivo escolar pelo jogo de mecanismos de substituição, tais como orientações precoces e frequentemente mal informadas, as escolhas forçadas ou as repetências.

Em suma, a escola personifica a máxima do “ser desse jeito por natureza”, pois as classes menos favorecidas, conscientes de seu destino e inconscientes da maneira como esse destino é criado, corroboram para a sua concretização. Por exemplo, uma mãe que diz que seu filho “não é bom em português, ou em matemática”, reforça a ideia de que o filho seja desse jeito, articulando uma resposta racional para aquilo que ela implicitamente desconhece: o *habitus*.

O conceito de *habitus* é central no pensamento de Bourdieu, e funciona como uma resposta que damos à realidade social. A complexidade intrínseca desse conceito está na profundidade que ele gera nos corpos e na forma de se expressar, visto que a sua raiz é imperceptível e não pode ser explicada diante de um ato racional. Ou nas palavras de Bourdieu (2006, p. 162):

A divisão em classes operada pela ciência conduz a raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, como efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis, e ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas.

Assim, o desempenho escolar está ligado à origem social do estudante, pondo fim à hipótese da meritocracia e da genialidade. Bourdieu e Passeron (1974) transfiguram a discussão sobre a educação de sua época indicando a escola como reprodutora da dominação simbólica e destrinchando o papel do capital cultural nessa relação. A cultura escolar é a única legítima, e os bens sucedidos, ou seja, os herdeiros são justamente aqueles que possuem um robusto capital cultural ganho no contexto familiar, que a escola dissimuladamente privilegia.

---

<sup>6</sup> Violência Simbólica: Conceito de Pierre Bourdieu, a violência simbólica é a dominação consentida por meio de crenças e regras. Ela é tratada como algo “natural” e, assim, não se reconhece seu grau arbitrário imposto pelos dominantes de um campo.

Um outro ponto importante, e que Bourdieu fomenta, diz respeito não só à bagagem cultural adquirida com a família, e sim à valorização que a escola aplica para a forma do aluno se relacionar com o saber e a cultura. Em linhas gerais, a escola valoriza a forma com que seus alunos se relacionam com o saber e cultura, e os jovens alunos provenientes de uma camada dominante estão mais predispostos, e por isso lidam com essa relação saber e cultura de uma maneira desenvolta.

De forma ampla, a contribuição de Bourdieu à educação concebe seu caráter de romper com o senso comum e ratificar que os mecanismos sociais são dotados de construções e estruturas que objetivam manter a herança cultural. No plano simbólico, a educação se perpetua em fomentar a dominação de uma classe social sobre a outra. Porém, nos cabe reiterar que essa contribuição do autor está muito ligada à realidade que o cerca, ou seja, à França e a como o sistema escolar francês se reproduz.

Assim, as singularidades da França e do Brasil são inúmeras, além da contextualização histórica, visto que Bourdieu escreveu seus estudos de educação na década de 1960 do século XX. Devido às retificações pertinentes a geografia, cultura e contexto histórico, salientamos que a inspiração do autor para essa dissertação é inevitável, e entendemos que algumas das suas considerações (escola como reprodutora de uma cultura dominante, escola como promotora de violência simbólica, dentre outros) são atemporais. A seguir, apresentaremos os herdeiros da educação no Brasil e os novos ingressantes nas universidades.

## **2.2. Os herdeiros e os batalhadores: o caso brasileiro**

Considerando-se a atemporalidade da obra *Os herdeiros*, sua leitura foi fundamental para a construção da dissertação, mesmo se avaliando as peculiaridades do contexto francês da década de 1960 e as do Brasil dos dias atuais. Vale então uma reflexão acerca do papel do capital cultural no Brasil.

Assim, no Brasil, os jovens provenientes das camadas sociais privilegiadas estudaram em escolas privadas e tiveram um ensino condizente ao exigido pelos vestibulares, e em decorrência disso ingressaram em universidades públicas. Esses estudantes estão no ambiente legítimo de perpetuação da ordem simbólica, ou seja, da cultura dominante. Segundo Nogueira (2000), para esses jovens, entrar na universidade é um destino escolar e, portanto, o *habitus* desses jovens é condicionado para o ingresso ao ensino superior. Além das melhores escolas frequentadas por estes estudantes, muitos também frequentaram cursinhos pré-vestibulares. Whitaker (1989) coloca a expressão “efeito cursinho” para explicar sobre a

maior probabilidade de sucesso entre os jovens ingressantes nas universidades que foram alunos de “cursinhos”.

Por outro lado, os jovens das camadas populares, que estudaram em escolas públicas, têm outra trajetória traçada em meio às disparidades educacionais, pois esses jovens estão inseridos numa conjuntura dividida entre o período escolar e uma imediata absorção pelo mercado de trabalho. O ingresso à universidade não advém da obviedade do destino escolar, como no caso dos jovens das escolas de prestígio, visto que suas biografias não são delineadas pela conquista do diploma universitário. Assim, não é difícil encontrar jovens matriculados no ensino médio, principalmente no período noturno que trabalham. Para Rodrigues (1995), o trabalhador/estudante está vivenciando a divisão social do trabalho, e o fato de o estudante estar trabalhando não interfere num possível rendimento escolar baixo. O que na verdade atenua a situação do estudante que trabalha, ou mesmo do que não trabalha, é o caráter classista da escola que define o sucesso e fracasso escolar.

Em um breve retrospecto histórico, vale citar a raiz dessa relação escola/trabalho e como essa condição é estabelecida. No ano de 1924, é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que teve um papel relevante na articulação educacional. A partir de vários debates conduzidos sob a sua direção, a educação passa a ser um assunto de especialistas. Durante o governo de Getúlio Vargas, a questão educacional é posta sob o bojo da ABE, que passa a ser interlocutora nessa área (ALMEIDA, 2008).

Na década de 1940, os bacharéis educadores oriundos da ABE (figuras como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros) adquiriram influência fundamental, pois sob suas inspirações o Estado torna-se o único responsável pelas diretrizes educacionais, e a obrigatoriedade escolar é definida. A escola passa a ser, portanto, um espaço imprescindível para o aprendizado de uma cultura em comum, e assim a ideia de nação/pátria e cidadania são fomentadas.

Porém, essa ideia de nação/pátria e cidadania é posteriormente substituída por uma nova lógica, num processo em que os educadores são substituídos pelos economistas, que se tornam responsáveis em conduzir uma nova forma de manejar a educação. Essa nova lógica está diretamente atrelada ao trabalho, pois a mão de obra para o desenvolvimento passa a ser crucial, e as políticas públicas são pensadas a partir da teoria do capital humano, desenvolvida pelos economistas da Universidade de Chicago. Vale ressaltar que o período em questão é marcado pela Guerra Fria e se dá no contexto das disputas internas do espaço universitário norte-americano, no que compete às correntes teóricas. (Almeida, 2008)

Com o golpe militar de 1964, os economistas foram incorporados como dirigentes, e essa nova lógica de se pensar a educação é posta em prática. Logo, a educação é (re)significada como um “planejamento de mercado” (ALMEIDA, 2008).

Em suma, podemos concluir que essa nova forma de pensar a educação, pautada na qualificação da mão de obra, ainda é hegemônica. Os jovens, atualmente, ou acabam ingressando no mercado de trabalho após concluírem o ensino médio, ou conciliam o trabalho com a escola e assim suprem suas aspirações no plano material. Apesar, portanto, da democratização do ensino superior, esses jovens das camadas populares dificilmente foram orientados dentro da escola acerca da continuidade dos estudos em uma universidade.

É importante também destacar a importância das famílias nas trajetórias dos jovens. Tanto a escola quanto a família carregam em seu cerne a reprodução social e a transmissão cultural, porém cada uma o faz dentro de suas estratégias. Para Bourdieu (1996), a família reproduz o capital simbólico e social enquanto a escola condiciona o capital escolar, e esse capital contém em seu âmago um conhecimento genérico e específico (ROMANELLI, 2000). Isso pode ser exemplificado para pensar o vestibular, pois os alunos que passam com mais facilidade por esse exame tiveram um capital escolar específico condicionado.

Sobre a influência da família, vale discernir sobre os papéis que mãe e pai têm sobre os filhos. A mãe, na maioria das famílias, está mais próxima do dia-a-dia dos filhos, e é uma fonte de afeto constante, o que facilita uma relação mais permeada de diálogos. O capital cultural que a mãe transmite para os filhos representa um importante recurso de mobilidade social. Já na outra ponta, a figura paterna costuma demonstrar o afeto de uma forma diferente da mãe, e o pai costuma orientar os filhos sobre o certo e errado, o que muitas vezes soa como uma imposição. O pai acaba transmitindo um auxílio de cunho financeiro como forma de ajudar o filho que estuda e ingressa no ensino superior (ROMANELLI, 2000).

Nessa pesquisa, entendemos que os jovens das camadas populares podem ser reconhecidos como os “batalhadores”, definição do sociólogo Jessé Souza (2012), de uma classe intermediária entre a “ralé” e as classes dominantes. Os “batalhadores” são os jovens das escolas públicas que conseguiram ingressar na universidade privada ou mesmo em universidades públicas, tendo que conciliar estudo e trabalho. Esse grupo tem famílias estruturadas, além de um alto alicerce religioso, e não tiveram um “privilégio de nascimento” como as classes altas. Além disso, suas trajetórias são delineadas por diligências pessoais. Nas palavras de Souza (2012, p. 51):

Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido uma etapa importante da vida dividida entre a brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõem desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média.

A “ralé”, como classifica provocativamente Jessé Souza, é desprovida dessas características perfiladas dos “batalhadores”, ou seja, eles não possuem nenhum tipo de capital. Portanto, a “ralé” não possui escolaridade ampla e nenhum estímulo, tornando-os “derrotados”, além do corrosivo caráter familiar e afetivo somados à exploração e vulnerabilidade a que são submetidos.

Para construir o arcabouço da constituição dos batalhadores, é importante considerar os fluxos culturais inerentes às mobilidades sociais. Ou seja, os batalhadores estão distribuídos numa diversidade plena, pensando-se na esfera do trabalho. Os batalhadores estão aptos a uma constante flexibilidade de adaptação ao mundo social e sobrevivem de acordo com as estratégias de organização e produção. Trabalham em jornadas duras, com a família em pequenos negócios improvisados e em condições às vezes insalubres na busca por melhores condições de vida. O sentido que os rege está ligado a uma ética do trabalho e é esta ética que os incorpora ao mundo social. Essa ideia de ética do trabalho remonta a ascese protestante de Max Weber, onde o sentido também está atrelado ao trabalho, porém o pacto está na salvação das almas. Assim, quanto mais se trabalha e se adquire bens, mais perto se está do céu, enquanto a ética dos batalhadores é a de que quanto mais se trabalha mais perto se está de uma ascensão social ou de uma realização material. O tom sagrado da ascese é ressignificado sob a ótica do trabalho em prol das melhorias sociais e materiais.

Jessé Souza (2012) refuta a ideia de que as classes sociais são condicionadas pela renda, como argumentam os economistas liberais. Atrelar classe à renda é negligenciar o processo implícito de transmissão afetiva e de valores que constrói o ator social. Assim o autor explana que o fenômeno social e político que nasce no cerne da sociedade brasileira é o do surgimento de uma “nova classe trabalhadora” e não de uma “nova classe média”. A classe dominante carrega o privilégio do acesso, o que podemos enquadrar na temática da pesquisa como a facilidade de acesso ao círculo universitário. O capital fundamental para os batalhadores é o “capital familiar”, pois sua transmissão coloca em voga a ascensão social desta classe.

Os jovens do ProUni podem ser reconhecidos como os batalhadores, e mais do que isso, suas famílias personificam esse cenário tão vivo da sociedade atual. Famílias que se orientam a partir de uma ética no trabalho e que acreditam que, a partir da continuidade dos

estudos seus filhos, vão traçar mudanças significativas que podem traduzir uma consolidação social e um caminho menos árduo de ascensão.

### **2.3. Capital cultural e econômico: O que rege o contexto brasileiro**

O capital cultural é uma importante ferramenta de legitimação dos herdeiros, pensando-se no caso francês. Porém, devido às singularidades, é importante uma reflexão no que concerne ao capital cultural e capital econômico no Brasil, e qual deles seria de fato o condicionante de legitimação de uma cultura dominante. Para Bourdieu, a sociedade desdobra-se num conjunto relacional, ou seja, pelas hierarquias condicionadas pelo capital. Capitais que entram no âmbito das relações econômicas (capital econômico), simbólicas (capital simbólico) sociais (capital social) e culturais (capital cultural) dos atores. Dessa maneira, o privilégio de um grupo dentro de um campo está diretamente atrelado ao volume de capital adquirido.

Para Mauger (2013), mesmo com a implantação da democratização no sistema de ensino na França, existem com mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das classes sociais menos favorecidas. De acordo com esta afirmação, podemos avaliar o cenário do sistema de ensino contemporâneo, à medida que o ingresso às oportunidades escolares é realizado de forma democrática. Contudo, o sucesso escolar ainda está atrelado à questão social. Em diálogo com as pesquisas de Bourdieu, Mauger (2013) afirma que o fato do sucesso escolar ser menos frequente nas classes populares do que nas dominantes ocorre em decorrência das desigualdades das condições materiais de existência. Isto leva ao pressuposto de que o sucesso escolar está na distribuição desigual do capital econômico.

As conclusões de Mauger dialogam com as conclusões dessa pesquisa, pois, inspirado em Martins (2015), entendemos que o capital econômico tem maior importância no espaço das classes dominantes brasileiras do que o capital cultural, que por sua vez é mais estruturante na cultura francesa. Para Martins (2015), o capital cultural é importante para a manutenção e reconversão, porém no Brasil o que existe é uma valorização do capital econômico em detrimento do capital cultural.

Portanto, pensando o caso do nosso país, podemos apreender que as escolas privadas oferecem um capital condicionado para o acesso às melhores universidades que, em sua maioria, são de caráter público. Este capital escolar só pode ser mediado via capital econômico, o que acaba sendo mais valorizado que o capital cultural dentro de um privilégio de acesso. Assim, podemos identificar que o êxito da longa trajetória escolar é condicionado

por um conjunto de capitais, porém o capital econômico é o que sustenta o privilégio de acesso às melhores escolas e universidades e posteriormente sua sustentação é mediada pelo capital cultural.

No último capítulo que se segue, serão apresentadas as entrevistas realizadas com os estudantes do ProUni. O cerne da problemática levantada nessa dissertação diz respeito ao tipo de ascensão que o bolsista do ProUni está realizando, e se ela pode ser traduzida como uma revolução simbólica, conceito utilizado apenas como inspiração dessa discussão, já que essa pesquisa leva em conta a amplitude do mesmo.

### 3. A ascensão simbólica: Os bolsistas do ProUni

Ao realizar essa pesquisa entendemos que um trabalho de campo era fundamental para conhecer a trajetória dos bolsistas e ex-bolsistas do ProUni, e assim explorar de forma mais aprofundada esse fenômeno sociológico. Foi por meio dessas entrevistas que pudemos identificar, no campo dos possíveis, que tipo de ascensão o programa traz para a vida dos beneficiários, e o que dentro da esfera micro podemos efetivamente concluir.

O desafio foi instigante e aqui cabe mostrar os resultados dessa investigação realizada com 16 entrevistados, que certamente não representam a realidade nacional, visto que o programa já distribuiu milhares de bolsas, tampouco abarcam as singularidades culturais, sociais e regionais que concernem o nosso país. Porém, nosso objetivo não é uma amostra quantitativa, mas sim qualitativa de 16 alunos que podem não representar o todo, mas representam as suas histórias singulares.

Estamos chamando provisoriamente de revolução simbólica a transformação que os estudantes estão passando em suas vidas e que também está se refletindo na vida de seus familiares e amigos. Para a consolidação dessa revolução, é necessário o entendimento sobre a ordem simbólica constituída. Muitas vezes as percepções sobre o êxito de uma revolução simbólica são implícitas e negligenciadas. A revolução do plano simbólico é cognitiva e, dada sua natureza, a percepção torna-se geracionalmente, ou seja, somente dentro de uma década poderemos visualizar materialmente a alteração morfológica trazida (ou não) por um programa social. Como as alterações simbólicas são invisíveis, são quase imperceptíveis aos olhos do senso comum. É necessário um trabalho sociológico para identifica-las e mensurá-las, como nos ensina Bourdieu, no livro *O Ofício do Sociólogo*.

Os bolsistas do ProUni muitas vezes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Eles passam a ocupar posições dentro de um espaço social que anteriormente seus pais e avós não pertenciam. Na definição de Bourdieu (2014, p,27): “[...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”. Essa transformação acontece dentro do campo dos possíveis.

Para Bourdieu (1979), o campo dos possíveis é a relação entre expectativa e realidade, dito de outra forma, seria o sonho, a expectativa alinhado com as disposições materiais. Sobre o campo dos possíveis, Bourdieu acrescenta que “a variação entre o rendimento necessário estimado e o rendimento atual diminui à medida que o rendimento aumenta”, (BOURDIEU,

1979, p 77), ou seja, a distância entre o nível de aspiração e o nível de realidade, tende a decrescer à medida que os rendimentos aumentam. A baixa variação significa que as opiniões se tornam mais realistas, isto é, mais estritamente medidas à realidade, e mais racionais, pois são submetidas ao cálculo à medida que as possibilidades efetivas aumentam. (BOURDIEU, 1979).

Segundo ele, “o campo dos possíveis tem os mesmos limites do campo das possibilidades objetivas”. (BOURDIEU, 2000, p 77). Ainda segundo o mesmo autor, o campo dos possíveis tende a aumentar à medida que a pessoa ascende na hierarquia social, ou seja, as opiniões se tornam mais realistas, isto é, mais ligada à realidade em que o indivíduo se encontra, mais racional e submetidas ao cálculo, à medida que as possibilidades efetivas aumentam. Para aqueles que possuem baixas possibilidades efetivas “só restam o devaneio e a utopia”. (BOURDIEU, 2000, p 80).

O grau de liberdade que é concedido a cada indivíduo no momento das escolhas (de um curso por exemplo) apresenta limites. Entende-se por grau de liberdade as decisões tomadas sobre a escolha de um emprego, ritmo e qualidade de trabalho.

Considerando o conceito acima, nosso argumento é de que é possível uma revolução simbólica na vida dos estudantes do ProUni, sendo que essa revolução não seria de forma genérica e universal, mas dentro da realidade de cada aluno, ou seja, o filho de caminhoneiro que se torna professor; o filho de costureira que se torna diretor de uma empresa de seguro numa cidade do interior paulista, dentre outros exemplos.

Para aprofundar esse argumento, apresentamos, inicialmente, o perfil dos entrevistados.

### 3.1. Perfil dos estudantes

O quadro que se segue conta com informações para iniciar uma primeira aproximação com os entrevistados:

**Quadro 1: Perfil dos estudantes entrevistados.**

Nome <sup>7</sup>	Sexo	Idade	Cidade/Estado	Estado Civil	Tipo de Escola	Origem étnico-racial	Religião
Clara	Feminino	25	Mogi-Guaçu-SP	Solteira	Privada	Branca	Católica

<sup>7</sup>Nome: Para preservar a identidade dos informantes, utilizamos pseudônimos.

Elis	Feminino	26	Campinas-SP	Solteira	Pública	Branca	Católica
Isabel	Feminino	26	Campinas-SP	Solteira	Privada	Branca	Cristã
Jurema	Feminino	21	Araraquara-SP	Solteira	Pública	Branca	Não
Katia	Feminino	19	Araraquara-SP	Solteira	Pública	Negra	Evangélica
Maria	Feminino	46	Ibaté-SP	Divorciada	Pública	Branca	Cristã
Paula	Feminino	30	Olímpia-SP	Casada	Pública	Negra	Afro-cristianismo
Rita	Feminino	28	São Paulo-SP	Casada	Pública	Parda	Nenhuma
Teresa	Feminino	29	GuaráSP	Solteira	Pública	Negra	Evangélica
Vitória	Feminino	27	Itamogi-MG	Solteira	Pública	Negra	Católica
Antonio	Masculino	33	Boituva-SP	Solteiro	Pública	Branco	Não
Celso	Masculino	30	Guaira-SP	Solteiro	Pública	Negro	Evangélico
José	Masculino	26	Campinas-SP	Solteiro	Privada	Branco	Cristão-Batista
Marcelo	Masculino	35	Monte Alto-SP	Casado	Privada	Branco	Católico
Pedro	Masculino	29	Monte Alto-SP	Solteiro	Pública	Branco	Ateu
Rodrigo	Masculino	30	Rio Claro-SP	Solteiro	Pública	Branco	Ateu

**Fonte:** Pesquisa da autora (janeiro de 2016).

### 3.1.1. Dados gerais

Segundo informações presentes no quadro acima, podemos visualizar quem são os 16 estudantes entrevistados: suas idades variam de 19 a 46 anos de idade, todos nascidos no Estado de São Paulo, com exceção de uma única entrevistada nascida no Estado de Minas Gerais. Dos entrevistados, 12 afirmam ser solteiros, 3 casados e uma entrevistada divorciada. A maioria dos informantes segue uma religião, enquanto 5 afirmam não seguir nenhuma doutrina de cunho religioso; já quanto ao tipo de escola que frequentaram, 12 estudaram na escola pública e 4 na escola privada na condição de bolsista.

### 3.1.2. Sexo

Dos informantes, 10 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Pensando o quadro nacional do programa, os dados oficiais encontrados no *site* Sisprouni mostram que, das bolsas ofertadas, 790,668 foram para o sexo feminino, enquanto 706,557 foram para o sexo masculino; ou seja, 53% feminino e 47% masculino. Apesar da maioria das bolsas terem beneficiado o sexo feminino, o número não chega a ser contrastante. Segundo dados do Censo da Educação de 2013, as mulheres representam a maioria dos casos de ingressos e conclusão no ensino superior com 54,7% das matrículas feitas pelas mulheres, enquanto 45,6% foram realizadas pelos homens, e dos concluintes 59,2% são mulheres e 40,8% são homens.

O ingresso das mulheres ao ensino superior aumentou significativamente na década de 1960, porém, vencido o obstáculo de ingressar nas universidades, as mulheres enfrentam o obstáculo social, uma vez que suas carreiras acabam sendo delimitadas dentro do estereótipo de profissões de mulheres e profissões de homens reforçados pela família e escola. Mesmo ocupando um significativo espaço nas universidades, as mulheres ainda ganham menos que os homens. Dados do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) mostram que a disparidade salarial no Brasil é significativa, e que os homens ganham 30% a mais do que mulheres com o mesmo nível de formação e especialização.

### 3.1.3. Questão étnico-racial

Quanto à questão étnico-racial, 10 entrevistados declaram-se brancos, 5 negros e uma declarou-se parda. Dados oficiais do programa mostram que os bolsistas brancos são os maiores contemplados com as bolsas, apesar da cota para afro descendentes ser uma marca do processo de democratização do ProUni. Os estudantes brancos representam 45,8% das bolsas do programa, enquanto os pardos e negros representam 38,2% e 12,6%, respectivamente. Dados do IBGE de 2014 mostram que 65% da população branca de 15 a 17 anos está cursando o ensino médio, enquanto a população negra com a mesma faixa etária representa 51% dos estudantes. Como citamos na primeira parte dessa dissertação, houve um crescimento da população negra e parda nas universidades, e as Cotas e programas como o ProUni impulsionam essa inclusão. Portanto, os números do quadro nacional do programa encontram-se em homologia direta com as situações das universidades, o que mostra que o âmago da questão ainda está no descompasso social.

Ademais, apresentamos um próximo quadro com informações adicionais, que estão diretamente atreladas ao período universitário dos entrevistados:

**Quadro 2: Histórico escolar dos alunos.**

<b>Nome</b>	<b>Curso que realiza ou realizou</b>	<b>Ano que concluiu ou vai concluir a graduação</b>	<b>Tipo de bolsa</b>	<b>Teve bolsa permanência</b>
Clara	Propaganda e Marketing	2014	Integral	Não
Elis	Química	2013	Integral	Não
Isabel	Relações Internacionais	2013	Integral	Sim
Jurema	Psicologia	2018	Integral	Não

Katia	Direito	2019	Parcial	Não
Maria	Fisioterapia	2016	Integral	Não
Paula	Pedagogia	2009	Integral	Não
Rita	Relações Internacionais	2009	Integral	Sim
Teresa	Fisioterapia	2014	Integral	Sim
Vitória	Arquitetura	2014	Integral	Não
Antonio	Gestão Financeira	2010	Integral	Não
Celso	História	2008	Integral	Não
José	Computação gráfica	2011	Integral	Sim
Marcelo	Engenharia de controle e automação	2014	Parcial	Sim
Pedro	História	2010	Integral	Não
Rodrigo	História	2010	Integral	Não

**Fonte:** Dados dessa pesquisa. (Janeiro de 2016)

### 3.1.4. Cursos

Com as informações do quadro acima, podemos observar alguns aspectos que concernem à trajetória acadêmica dos informantes. O curso de Administração é o que mais forma bolsistas do ProUni, e o que mais forma universitários no Brasil, como citamos anteriormente; essa informação está em harmonia com o debate trazido pelo conceito de campo dos possíveis, exposto nesse texto.

Ademais, o quadro de cursos dos nossos entrevistados é bem amplo e abrange as áreas de conhecimento de humanas, exatas e biológicas.

Assim, temos três cursos que se repetem: História, Fisioterapia e Relações Internacionais, e cursos como Propaganda e *Marketing*, Química, Psicologia, Direito, Pedagogia, Arquitetura, Gestão Financeira, Comunicação em Computação e Engenharia de Controle e Automação. Dos entrevistados, 13 já estão com a graduação concluída e 3 ainda estão cursando. Quanto ao tipo de bolsa, 14 foram contemplados com a bolsa integral e 2 com a bolsa parcial; em relação à bolsa permanência, 9 não tiveram, enquanto 5 contaram com o auxílio durante a graduação.

Visualizando os quadros acima, começamos a conhecer quem são os nossos entrevistados. Todos com suas respectivas trajetórias de vida, oriundos de cidades diferentes, gerações distintas e um fator em comum que os une: são alunos do Programa Universidade para Todos.

A partir desse ponto da dissertação, iniciamos nosso argumento sobre a transformação que o ProUni realiza na vida desses indivíduos, o que estamos chamando de revolução simbólica. Abaixo nos aprofundamos mais nos dados sociais dos entrevistados. O material a seguir traz informações sobre a origem social desses indivíduos. Esses dados são importantes, pois, já que estamos falando de revolução simbólica, precisamos conhecer seu “capital de origem” (padrões cognitivos antes do ProUni) para entender seu “capital de chegada” (padrões cognitivos pós-Prouni).

### 3.2. Origem familiar

Segundo Bourdieu (2001), a origem familiar diz muito sobre um ator social, pois a família é o primeiro alicerce de perpetuação dos capitais e das disposições do *habitus*. No livro *Os herdeiros*, Bourdieu e Passeron discorrem sobre isso (2014, p. 43):

Também seria fácil mostrar que se os sujeitos das classes desfavorecidas têm maiores chances de se deixar esmagar pela força do destino social, eles também podem, excepcionalmente, encontrar no excesso de sua desvantagem a provocação para superá-la: a energia soreliana e a ambição rastignaciana exprimir-se-iam tão fortemente e geralmente nos filhos de operários ou pequenos-burgueses que chegaram ao ensino superior se esses estudantes não tivessem escapado a sorte comum?

Assim, foram traçadas nas entrevistas algumas questões concernentes aos pais dos bolsistas. No próximo quadro podemos ter uma visão geral de informações pertinentes para o início da análise:

**Quadro 3: Trajetória familiar**

Nome	Profissão do pai	Profissão da Mãe	Escolaridade do pai	Escolaridade da mãe
Clara	Motorista	Dona de casa	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio completo
Elis	Zelador	Serviços gerais	Ensino médio completo	Ensino fundamental completo
Isabel	Funcionário público aposentado	Dona de casa	Ensino superior incompleto	Ensino médio completo
Jurema	Gerente de vendas	Costureira	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto

Katia	Carteiro	Dona de casa	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto
Maria	Funcionário público ( <i>in memorian</i> )	Dona de casa ( <i>in memorian</i> )	Ensino médio completo	Ensino médio completo
Paula	Segurança	Técnica em enfermagem	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo
Rita	Operador de máquinas	Técnica em enfermagem	Ensino médio completo	Ensino médio completo
Teresa	Serralheiro	Comerciante	Ensino médio completo	Ensino médio completo
Vitória	Frentista	Vendedora de cosmético	Ensino fundamental completo	Ensino médio completo
Antonio	Corretor de seguros	Dona de casa	Ensino Superior Incompleto	Ensino médio completo
Celso	Motorista	Empregada doméstica	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto
José	Metalúrgico	Dona de casa	Ensino médio completo	Ensino médio completo
Marcelo	Motorista	Empregada doméstica	Ensino fundamental completo	Ensino fundamental completo
Pedro	Vendedor de Caminhões	Inspetora de alunos	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto
Rodrigo	Motorista	Enfermeira	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo

**Fonte:** Dessa pesquisa (janeiro, 2016).

O quadro acima apresenta dados prosopográficos<sup>8</sup> dos pais e mães dos alunos, no que se refere à profissão e escolaridade. A seguir falaremos deles.

### 3.2.1. Escolaridade

---

<sup>8</sup> A prosopografia pode ser apreendida, como a investigação das características partilhadas de um grupo de agentes na história por meio de um estudo coletivo de suas respectivas vidas. Em linhas gerais, uma busca na relação entre histórias individuais e coletivas.

Partimos de dois pontos para iniciarmos a nossa análise sobre os pais dos entrevistados: nível de escolaridade e profissão. Entende-se que a profissão é um desdobramento da trajetória escolar e, com o material empírico exposto, nos cabe sociologicamente explicá-la. Segundo Zago (2000), a família, por meio de ações simbólicas e materiais, tem um papel crucial na vida escolar dos filhos. Esse papel crucial resulta de ações muitas vezes sutis, ou seja, ações que não são conscientes e que acabam sendo adquiridas cognitivamente. Os filhos, mesmo sem saber, estão atrelados relacionalmente à ação dos pais e assim desenham em seus comportamentos as representações adquiridas (Lahire, 1997). Ou seja, ainda na infância a criança tem seu esquema comportamental, cognitivo e de avaliação constituído por meio das relações assumidas de interdependência com as pessoas mais próximas do seu cotidiano, que na maioria dos casos são os pais ou outros membros da família (LAHIRE, 1997). Dentro dessa discussão, Bourdieu (2014, p. 35) explica:

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas.

Em relação ao nível de escolaridade, observa-se quanto aos pais que 8 concluíram o ensino médio, 2 concluíram o ensino fundamental e 3 chegaram a frequentar o ensino fundamental, mas sem conseguir concluir. No que tange ao ensino superior privada, 3 chegaram a frequentar instituição privada, curso de licenciatura, porém nenhum concluiu a graduação. Quanto às mães dos entrevistados, 10 concluíram o ensino médio, 2 concluíram somente até o ensino fundamental e 4 tem o ensino fundamental incompleto. Sobre as mães, podemos ainda ressaltar que nenhuma ingressou no ensino superior.

### 3.2.2. Profissão

No quadro relativo às profissões dos pais e o grau de escolaridade deles, temos: os perfis dos pais são de profissões atreladas a pontos mais ligados ao universo “masculino” como, por exemplo, o carro (motorista, frentista, vendedor de caminhos), a indústria (metalúrgico, operador de máquinas) e outras, nas quais dificilmente encontramos mulheres, como nas profissões de carteiro, segurança e zelador.

Enquanto isso, o perfil profissional das mães está atrelado ao estereótipo de profissão de “mulheres”. Quando a mulher começa a se profissionalizar em fins do século XIX, sua

imagem no mundo do trabalho é ligada ao papel feminino de tradições, ou seja, a atividades atreladas ao cuidar, servir e educar. Nota-se que 5 mulheres estão diretamente contextualizadas na categoria de “dona-de-casa”, enquanto as demais estão em áreas consideradas como profissão de “mulher”. Nas palavras de Bourdieu (2008, p.101):

[...] não é por acaso que as profissões de serviço e de cuidados pessoais, serviços médicos-sociais, estabelecimentos de cuidados pessoais- antigos, tais como os cabeleireiros; e novos, por exemplo, as esteticistas- e, sobretudo, serviços domésticos que acumulam as duas dimensões da definição tradicional das tarefas femininas, ou seja o serviço e a casa, são praticamente reservadas as mulheres.

Assim, podemos notar que, na esfera condizente ao mundo do trabalho, as profissões são delineadas por um forte estereótipo da ideia de profissões de “homens” e “mulheres”, e que ao grau de escolaridade acompanha as profissões exercidas por esses pais e mães, visto que o exercício das profissões perfiladas ocorre sob uma contínua experiência e qualificação de caráter mais técnico, portanto não acompanham a exigência de um ensino superior para a inserção no mercado de trabalho.

Esse item é muito importante nessa pesquisa, pois mostra o padrão cognitivo herdado da família, a partir da profissão, todas ligadas ao mundo material. Mostra, ainda, o uso do corpo na execução de uma atividade profissional, como diria Sousa (2014), quando discute sobre os batalhadores.

São filhos de motoristas, carteiros, faxineiras, metalúrgicos que se tornam administradores de supermercados, professores de segundo grau, arquitetos, estagiários em empresa multinacional. Se o Prouni não representa uma revolução em termos nacionais, como negar a alteração simbólica na vida desses jovens (e das pessoas influenciados por estes), oriundos de classe popular?

### **3.2.3. Incentivo da família**

Uma outra indagação que foi realizada sobre o incentivo que a família (especialmente os pais) deram aos filhos em relação ao ingresso no ensino superior. Mais concretamente, queremos saber se os pais incentivaram que esse ingresso ocorresse ou se foram indiferentes diante da decisão dos filhos. Portanto, seguem alguns depoimentos sobre o papel dos pais nessa jornada:

- *“Meus pais sempre me apoiaram e incentivaram. Sempre! Principalmente depois de minha mãe trabalhar para um juiz na minha cidade. Até então, a perspectiva de vida era a mesma de todos os cidadãos de baixa renda da cidade, que era trabalhar na lavoura ou no comércio. Enfim, os patrões alimentaram a vontade do meu irmão, que aos 9 anos de idade queria ser juiz e também fizeram meus pais acreditarem que tinham condições de nos formar, para que tivéssemos novas oportunidades no futuro. Então, meus pais nunca nos deixaram trabalhar, e exigiam que nosso foco fossem os estudos. Quando chegou a época do meu irmão ir para Faculdade, o casal o levou pra Belo Horizonte, meu irmão virou motorista particular, ganhava 2 salários e tinha toda a estadia custeada por eles. Minha mãe mandava uma ajuda de custo também. Já quando eu fui entrar na faculdade, minha mãe já ganhava melhor, pois tinha uma clientela maior e mais fiel e ele e meu pai me apoiaram durante toda a faculdade, pois estudava em período integral. E somente no quinto ano pude trabalhar para ajudar”. (Vitória, arquiteta formada, filha de um frentista e de uma vendedora de cosméticos).*

Não abordamos nessa pesquisa o capital social, mas esse depoimento ilustra o papel da rede de relações na vida da mãe de um aluno programa, que sofreu a influência dessa rede.

- *“Sim, para entrar e para permanecer (parte mais difícil do problema). Meus pais e parentes apoiavam o projeto de cursar o ensino superior, ainda que meus pais não soubessem exatamente o que isso significava à época”. (Elis, formada em química, filha de um zelador e de uma auxiliar de serviços gerais).*
- *“Toda a minha família que essa era minha vontade desde sempre, então sempre recebi incentivo de todos”. (Katia, estudante de direito, filha de um carteiro e de uma dona-de-casa).*
- *“Mais ou menos. Meu pai me incentivava a estudar, mas não necessariamente universidade. Para ele, se eu fizesse um curso profissionalizante já seria bom. Mas não tive nenhum exemplo pra fazer faculdade”. (Rodrigo, formado em história, filho de um motorista e uma enfermeira).*

- *“O meu maior incentivo partiu de mim e por influência de professores na escola”.* (Pedro, formado em história, filho de um vendedor de caminhões e de uma inspetora de alunos).

Os depoimentos indicam o que a literatura já desmistificou, que a omissão parental nas classes populares é um mito, uma violência simbólica criada pela escola. Mesmo sem conhecimento lógico sobre universidade, os pais apoiam a decisão dos filhos, pois inconscientemente, “querem que os filhos tenham melhores condições do que nós tivemos”.

Portanto, abordar a relação da família com o êxito escolar culminando com o acesso à universidade é uma tarefa importante. Para Lahire (1997), a omissão parental é um mito, produzido pelos professores que deduzem por conta de comportamentos e desempenhos dos alunos que existe negligência por parte da família na trajetória escolar dos filhos. Ainda segundo o autor, cada ator social entrevistado advém de uma trajetória familiar diferente, e uma reflexão que tange a um denominador em comum ainda é embrionária. Mesmo diante da delicadeza de associar o papel da família nesse processo, nos cabe apreender com as falas acima as percepções de possibilidades.

No que se refere ao nosso trabalho de campo, as três primeiras falas afirmam que o incentivo da família ocorreu, e o que nos chama a atenção é a fala da informante Elis, que diz que os pais sempre a apoiaram no projeto de cursar o ensino superior, mesmo não compreendendo o que a inserção nesse espaço realmente significava. Além ainda da fala da estudante Vitória, que aborda a ajuda financeira dos pais, pois a reprodução da família não está somente atrelada à transmissão dos capitais, mas também na reprodução material que os pais dão para auxiliá-los durante a trajetória escolar (SEGALLEN, 1999). Bourdieu (1996) ratifica o papel da família como reprodutora social, ou seja, na manutenção da ordem que seria o espaço social e nas próprias relações sociais.

Um projeto de acesso ao ensino superior não é um ponto crucial em famílias das camadas populares; os sentidos e disposições dados a esse projeto muitas vezes partem de processos interdependentes de suas trajetórias (VIANA, 2010). Para D’Ávila (1998), a construção e sentido de acesso à universidade ocorre aos poucos, pela família inicialmente e, posteriormente, em novos espaços de relações. O depoimento do informante Pedro ilustra a ideia da descoberta e construção do projeto de ingressar no ensino superior em um outro espaço de relações. No caso, esse espaço foi à escola por meio da figura do professor, abrindo, portanto, um campo de possibilidades.

### 3.3.Bolsista: estigma

Uma das questões que buscamos verificar foi sobre como aos olhos da instituição e dos colegas estudantes, e também do próprio bolsista, é visto sob a sua percepção. Para Goffman (1988), os indivíduos são constantemente categorizados pela sociedade, e assim o indivíduo que possui um estigma pode ser alvo de aversão e não ser aceito num grupo social. O estigma alerta sobre aquele que deve ser evitado, banido socialmente e algumas dessas falas trazem à tona o peso que muitos beneficiários carregaram por serem bolsistas:

- *“Sofri preconceito, já que a Facamp é voltada para a classe alta. Além disso, foi muito difícil a adaptação aos estudos, a carga de estudos era muito maior que a do ensino médio, Mas com o passar do tempo, foi possível me adequar e tive aceitação dos colegas”. (Isabel, 26 anos, formada em Relações Internacionais).*
- *“No começo não foi tranquila. Eu era a única negra da minha sala. Com o passar do tempo fui provando que ser bolsista não era um problema. Além do que eu sempre me dediquei muito para manter boas notas”. (Paula, 30 anos, formada em Pedagogia).*
- *“Da faculdade em si existe preconceito com bolsistas, mas em relação aos alunos não”. (Katia, 19 anos, estudante de direito).*
- *“Foi relativamente tranquila, embora eu tenha sofrido preconceito algumas vezes por ser bolsista”. (Elis, 26 anos, formada em Química).*

A palavra “estigma” soa como uma perspectiva distintiva. Segundo Goffman (1988), aquele que é estigmatizado tende a se dedicar com grande afinco a uma atividade para a qual os demais julgam-no incapaz. Isso pode ser visto na fala da estudante Paula, que enfatiza a dedicação aos estudos para manter as notas altas.

Por outra perspectiva, encontramos falas contrastantes com os depoimentos anteriores, como podemos observar a seguir:

- *“Minha trajetória na universidade foi muito boa. Fiz muitos amigos de diferentes lugares e classes sociais, duas iniciações científicas, um intercâmbio. Conclui o curso e estou na área acadêmica. Quanto a preconceito, nunca sofri de nenhum tipo”. (Elis, formada em Química).*
- *“Nunca sofri preconceito, pois acredito que meu esforço pessoal justifica todas as dificuldades de se manter numa faculdade. Eu valorizo cada dia a mais minha trajetória”. (Marcelo, formado em Engenharia de Controle e Automação).*
- *“Não tive problemas nem por ser bolsista, nem por ser negra. Me envolvi o máximo possível com todos. Claro que havia uma limitação, principalmente pela questão financeira que não permitia uma socialização maior. Mas me dei tão bem que até o convite de formatura ganhei dos colegas”. (Vitória, formada em arquitetura).*

Essa perspectiva positiva, da ausência de estigma, também pode ser interpretada pelo conceito de denegação em Bourdieu. Ou seja, o aluno denega o estigma como um mecanismo de defesa, apoiado pela violência simbólica, a saber, a ocultação de que não existe preconceito, como forma de sobrevivência no novo espaço.

No próximo item, falaremos sobre o primeiro contato dos nossos entrevistados com o *Programa Universidade para Todos*.

### **3.4. ProUni: primeiro contato**

Segundo uma pesquisa efetuada pelo IPEA/Sips (2011), o ProUni tem extensa visibilidade social, com 61% dos entrevistados ratificando conhecer o programa. Atrelamos essa visibilidade ao contato com a mídia (televisão, jornais, rádio) e com a *internet*. Por meio das entrevistas podemos fomentar o quanto os meios de comunicação têm importância no processo de contato dos bolsistas com o programa.

Na nossa pesquisa, foi elaborada uma questão sobre como o bolsista descobriu o ProUni, como esse primeiro contato aconteceu. Das 16 respostas, 8 afirmaram ter conhecido o programa pela mídia (televisão, jornal, rádio), 7 responderam que o primeiro contato ocorreu na escola e um único entrevistado diz que conheceu por um amigo. Dos entrevistados, todos afirmaram que conhecem outros bolsistas do programa entre familiares, amigos e vizinhos, e

um estudante chegou afirmar que influenciou diretamente familiares a ingressarem na universidade, o que efetivamente ocorreu, como podemos observar na fala abaixo:

- *“Eu entrei na faculdade com o ProUni e fui a primeira da família a conseguir, e depois meu irmão correu atrás e conseguiu uma bolsa além de duas primas”. (Paula, 30 anos, foi bolsista integral no curso de Pedagogia).*

Sobre o ProUni ter sido ou não a primeira opção ao pensar o ingresso na universidade, encontramos respostas que reforçam ter sido a primeira opção, enquanto outras que mostram que não, uma vez que alguns dos entrevistados consideraram outros meios para ingressarem no ensino superior. Além disso, metade dos entrevistados chegaram a frequentar cursinho pré-vestibular:

- *“O ProUni não foi minha primeira opção. Tentei vaga em uma pública, mas não passei devido o curso ser concorrido”.(Vitória, 27 anos, formada em Arquitetura).*
- *“Tentei vaga na universidade pública, mas infelizmente não consegui e minha segunda opção foi o ProUni”. (José, 26 anos, formado em Computação gráfica).*
- *“Sim, foi minha primeira opção. Não prestei nenhuma pública e por duas vezes consegui a bolsa integral uma no ano de 2009, cuja qual interrompi para fazer cursinho porque estava indecisa sobre o que queria e a outra em 2011, que conclui”. (Clara, 25 anos, formada em Propaganda e Marketing).*
- *“O ProUni foi minha primeira opção. Na época a universidade pública era algo muito distante em minha vida. Com o programa me formei e fui fazer mestrado e atualmente doutorado ambos em universidades públicas. O ProUni foi uma porta de entradas no final das contas”. (Paula, 30 anos, formada em Pedagogia).*

Dentre as falas, chama a atenção a da informante Paula, que afirma que o ProUni foi a sua primeira opção, pois uma vaga na universidade pública lhe parecia improvável na época, visto que seus pais sequer ingressarem no ensino superior. A fala de Paula é reflexo de uma disposição de *habitus* que acomete muitos jovens estudantes, que não se veem inseridos

dentro de um contexto da universidade, sobretudo uma de caráter público. Quando vemos a informante Vitória afirmar que chegou a tentar vaga numa pública, porém não passou em seu curso de escolha – no caso, o curso de arquitetura, por ser muito concorrido –, podemos concluir que muitas vezes essa concorrência exacerbada é um outro impedimento que acentua a desistência da vaga pública. Ratificamos novamente que as falas de Paula e Vitória partem das disposições de *habitus*, e que é possível revoluções simbólicas individuais, pois a estudante Paula cursou seu mestrado e atualmente o doutorado em uma instituição pública.

Quando colocamos a revolução simbólica como um processo ao qual nossos informantes estão embutidos, falamos também dessas transformações de *habitus*: Paula ingressa no ensino superior privado e continua seus estudos de pós-graduação em uma universidade pública. Eis o começo de uma transformação no espaço social que estamos chamando de revolução simbólica.

### **3.5. Gosto cultural e estilos de vida: Disposições dos entrevistados**

Conhecer o gosto e estilo de vida dos beneficiários do ProUni é importante para verificar se o ProUni altera apenas materialmente a vida dos beneficiários, ou se altera também simbolicamente, respaldando a nossa hipótese de pesquisa. Entendemos que a vida cultural dos bolsistas diz muito sobre seus capitais simbólicos e seus desdobramentos, tais como distinções culturais e econômicas que concernem à sociedade e os identifica perante as hierarquias. Para Bourdieu (2011), o gosto cultural e os estilos de vida das classes altas e populares são condicionados pelas trajetórias sociais. O gosto está atrelado ao processo de socialização com a família e é fomentado no ambiente escolar, o que desmistifica a ideia de que o gosto é algo inato, oriundo da natureza humana.

Com base na leitura de Bourdieu (2008), afirmamos que o gosto é um conceito que pode ser apreendido como uma demarcação de classe, além de um legitimador dos meios de distinção. Portanto, o gosto une e separa os atores e é a porta de entrada para identificações mútuas e antipatias. Podemos constatar que nada é um processo enraizado em algo natural, e sim construído pelas nossas origens sociais, ratificando o que foi escrito anteriormente sobre o papel da família e da escola nessa manutenção e reprodução simbólica. Ademais, o gosto opera as distinções marcando o papel do ator no seu espaço social. A aversão ao gosto do outro é oriunda de uma construção social e os desdobramentos disso são a legitimação de uma cultura em detrimento de outra cultura classificada como popular. Na outra ponta, os estilos de vida são limitados ao gosto e são explicitados em forma de *habitus*.

Com as primeiras considerações expostas visando contemplar nosso intento, perguntamos aos entrevistados, pensando-se na esfera do gosto e estilo de vida, sobre alguns dos hábitos do cotidiano, como assistir televisão, utilizar a internet e o hábito da leitura. Reforçamos que, a priori, essas variáveis são utilizadas para conhecer alguns hábitos incorporados ao cotidiano desses estudantes, de forma a complementar os dados dessa pesquisa. Não foi nosso intuito realizar uma pesquisa mais ampla sobre o tema.

Para Almeida (2007), no Brasil, o capital econômico condiciona os atores sociais para uma educação legítima, ou seja, frequentar os melhores colégios e, conseqüentemente, as universidades de prestígio. Em paralelo, pensando o capital cultural, a autora acrescenta que o desafio é discernir sobre qual é a cultura legítima e o que ela carrega como distinção. Para Martins (2015), a resposta pode estar nas estratégias de legitimação dos atores nos espaços sociais, e o capital cultural traduz as lutas simbólicas que ocorrem a partir da distinção dos atores em disputa.

#### **a) Televisão**

Na pesquisa, questionamos se os entrevistados têm o hábito de assistir televisão e, se a resposta fosse afirmativa, para que eles especificassem quais programas costumam assistir. As respostas de programas televisivos mais assistidos giram em torno de telejornais, documentários, programas de culinária, filmes e futebol. Um fato curioso é que 11 entrevistados afirmam ter predileção por séries internacionais, sendo que 6 responderam assistir séries pelo computador, ou seja, via *internet*. Esta resposta chamou a atenção pela sua quase unanimidade, como podemos observar nas falas abaixo:

- *“Hoje só assisto séries americanas no netflix e canais fechados. As séries são dinâmicas e ágeis diferente das novelas, por exemplo”*. (Clara, 25 anos)
- *“Gosto bastante dos programas relacionados à arquitetura da Discovery. Assisto alguns de culinária, filmes e principalmente séries”*. (Vitória, 27 anos)

Ademais, a televisão continua sendo uma mídia importante de entretenimento e informação para os nossos informantes, porém com o advento da *internet* constatamos um novo hábito que vem a ocupar espaço no cotidiano dos nossos entrevistados, como podemos analisar abaixo.

## **b) Internet**

A dinâmica da contemporaneidade atualizou importantes ferramentas de comunicação, e temos com a *internet* a tradução ideal de um mundo mais dinâmico. O contexto da *internet* traz consigo a facilidade de comunicação por meio das redes sociais, e as incessantes mudanças demonstram uma nova antropologia do homem, além de um novo desenho caracterizado pela arquitetura global. Dessa maneira, a *internet* e, principalmente, as redes sociais ganham a atenção e acabam até substituindo ferramentas de entretenimento como a televisão. Uma das perguntas foi direcionada pensando nessa esfera de conexões, e todos os entrevistados responderam utilizar a internet diariamente e serem adeptos das redes sociais (leia-se *facebook, instagram, skype*, etc). As falas abaixo demonstram a importância das redes sociais e como elas estão incorporadas no cotidiano dos entrevistados:

- *“Uso bastante a internet e as redes sociais, pois é através delas que divulgo meu trabalho e ideias”.* (Paula, 30 anos, pedagoga).
- *“A internet em si uso pouco. Uso mais para baixar e assistir filmes e séries. Agora sou bem conectado as redes sociais como facebook e whatsapp onde rola grupos e conversas”.* (Rodrigo, 30 anos).
- *“Utilizo bastante a internet em especial o facebook para me comunicar com a família e os amigos que moram longe”.* (Clara, 25 anos).

Pela facilidade de comunicação gerada por meio da internet, é fácil estar conectado às redes sociais e a notícias de forma mais instantânea e interativa. A internet e, principalmente, as redes sociais ressignificam as relações do cotidiano. Através de um único celular já é possível acessar várias ferramentas, em uma acessibilidade que vem ocupando um espaço importante na vida dos entrevistados dessa pesquisa, como podemos constatar de forma unânime. Tornam-se necessárias pesquisas que insiram essa variável sobre o gosto e estilo de vida na contemporaneidade. Aqui, não é nosso objetivo explorar tal tema.

## **c) Leitura**

Ao abordar o tema da leitura nas entrevistas, a intenção foi de verificar se o hábito existe e a frequência com que ele ocorre. Para Martins (2015), a leitura é um marcador de distinção significativo. A autora ainda acrescenta que, segundo dados do Instituto Pró-Livro de 2009, o brasileiro lê em média 1,3 livros por ano, enquanto os franceses leem em média 7 livros por ano. Das 16 respostas obtidas nas entrevistas, 9 afirmaram que ler é um hábito importante e deve ser incorporado ao cotidiano, como pode ser constado nas próximas falas:

- *“Leio bastante. Diria que entre prosa de ficção e poesia, no último ano, li em torno de 40 livros. Os gêneros da prosa e ficção variam entre policiais e literatura fantástica. Leio bastante ‘romances históricos’ e ‘grandes clássicos’”. (Katia, 19 anos)*
- *“Leio bastante, foi um hábito que adquiri na infância. Não consigo estabelecer uma média certa, mas creio que por mês pensando em livros de estudo e de romances são em torno de 3 a 6 livros”. (Rita, 28 anos).*
- *“Sempre li muito e aumentou na universidade. Não tenho noção de quantos livros por mês ou por ano, mas são muitos e sempre vou à biblioteca quando posso”. (Pedro, 29 anos).*

As outras respostas entram em homologia com a pesquisa feita pelo Instituto Pró-Livro e, para ilustrar, destacamos a fala da informante abaixo:

- *“Pra ser bem sincera não tenho o hábito de leitura. Dá até pra perceber pela forma com que me expesso, seja por leitura ou verbalmente. Reconheço a necessidade, mas disperso muito facilmente e perco a paciência, pois sempre tenho que reler algumas páginas para entender o que estou lendo. Mas na universidade, preciso me adaptar as leituras”. (Clara, 25 anos).*

No que concerne à leitura, a maioria dos entrevistados afirmam ter o hábito e leem com frequência, ou pelo menos acima da média nacional anteriormente citada. A leitura por si só já opera como uma forma de distinção e manutenção cultural.

### **3.6.Mudanças via ProUni**

Para demonstrar nosso argumento central, sobre revolução simbólica, traçamos algumas questões que trazem em seu âmago o teor da transformação e ascensão que o programa acarreta na vida dos beneficiários. Desse modo, questionamos os entrevistados sobre as mudanças que o ingresso na universidade trouxe para suas vidas e na vida de suas famílias. Abaixo podemos acompanhar algumas falas:

- *“O ProUni com certeza mudou muita coisa. Me possibilitou melhor condição de renda e isso melhorou minha vida e a dos meus familiares”.* (José, formado em computação gráfica)
- *“Sim, especialmente depois de formada. Consegui um bom emprego, estou estudando novamente e agora tenho uma situação financeira mais confortável”.* (Teresa, fisioterapeuta)
- *“Houve mudanças sim e meu irmão mais novo viu uma chance de entrar na faculdade”.* (Jurema, estudante de psicologia).
- *“Trouxe mudanças sim. Minha filha que é adolescente se inspira em mim para entrar na universidade e tem meu apoio até por conta das dificuldades que passo espero ajudá-la”.* (Maria, estudante de fisioterapia).

Os depoimentos dos informantes estão em homologia direta com o processo da revolução simbólica, como podemos ressaltar em duas coisas pontuadas: a melhoria nas condições econômicas presente nas falas de José e Teresa, e a influência direta de perspectiva de ingresso ao ensino superior nas falas de Jurema e Maria, sobre, respectivamente, irmão e filha.

No próximo tópico, iremos propor algumas análises.

### **3.7. Revolução Simbólica: Uma revolução silenciosa**

Defendemos nesse trabalho que o cenário concernente ao ensino superior no Brasil mudou nos últimos anos com as políticas que visam inserir nas universidades jovens então excluídos. Num país de disparidades, a educação acaba sendo um alicerce de manutenção

simbólica ou de ascensão para esses novos ingressantes. Estudos da agência de pesquisa *HelloResearch* (2015) revelam que a classe A é o grupo que tem a maior aversão a medidas de cotas, sendo 58% dos entrevistados contrários às cotas de caráter racial ou social. Esse número significativo é um reflexo de uma elite que persiste em manter seu espaço, ou seja, em perpetuar sua ordem simbólica.

Como podemos observar nos dados empíricos que essa pesquisa trouxe, os informantes aqui selecionados são filhos de pais que não tem uma formação universitária, e oriundos, portanto, de famílias que não estabeleceram vínculos nessa ordem simbólica, pois pontuaram em suas trajetórias outros caminhos concernentes às suas realidades.

Mesmo com a implementação de cotas e políticas como o ProUni, que visam sanar as desigualdades de acesso ao ensino superior, é importante uma reflexão acerca dos jovens que ainda são excluídos desse processo e que os mecanismos de exclusão são institucionalizados via instituição escolar. Uma pesquisa de Costa e Bartholo (2014), que ocorreu em escolas públicas do Rio de Janeiro, aponta que a segregação escolar está atrelada a questões residenciais e parentais e que a rede pública de ensino aloca os alunos levando em conta essas questões. Ou seja, a rede pública de ensino faz uma seleção indicando quais alunos vão frequentar quais escolas, como uma forma de promover uma distinção de qual escola pública é mais prestigiada. Um aluno oriundo de um bairro ou comunidade mais pobre e violenta acaba sendo impedido de frequentar uma escola mais prestigiada, mesmo seu caráter sendo público.

Considerando nosso argumento central, podemos afirmar que os estudantes do ProUni realizam uma ascensão em suas trajetórias biográficas e pessoais, sendo personagens de certa revolução simbólica, sendo que estas colocam em desordem as estruturas cognitivas e mesmo as estruturas sociais. Dizer que hoje o filho de um motorista e uma empregada doméstica é um estudante universitário é prova de uma mudança cognitiva real, e demonstra a transformação desse indivíduo no espaço social.

Ser filho de um motorista e de uma empregada doméstica, como alguns de nossa amostra, e ingressar no ensino superior é um fato que, aos nossos olhos, promove alteração material e simbólica não apenas para o estudante, mas para familiares próximos e ao círculo de amigos, pois esse aluno passa a ser referência e acaba por influenciar gerações. Assim, se o aluno é filho de motorista e estuda administração, temos que este aluno irá passar por uma socialização da faculdade, desde ampliar sua rede de amigos, seu leque cultural, até, finalmente, se colocar no mercado de trabalho em uma inserção diferente da de seus pais, o

que seria a alteração no espaço social de que falamos ao longo desse texto e que chamamos de revolução simbólica. Bourdieu, pontua (2014, p.122):

Se as revoluções simbólicas são especialmente difíceis de entender, mais ainda quando são exitosas, é porque o mais difícil é entender o que parece óbvio, na medida em que a revolução simbólica produz as estruturas pelas quais a percebemos. Em outras palavras, assim como as grandes revoluções religiosas, uma revolução simbólica desarranja estruturas cognitivas e às vezes, em certa medida, estruturas sociais.

Para Bourdieu, a revolução simbólica passa a ocorrer quando a representação de mundo que nasce a partir desse desajuste (contato com nova ordem simbólica) proporciona uma reviravolta dentro dessa ordem simbólica. Nas palavras de Bourdieu: “[...] uma ordem simbólica realizada é uma ordem que se impõe como evidente, uma ordem tal que seu questionamento não vem ao espírito de ninguém”. A reviravolta proporcionada impede uma percepção mais ampla acerca da conversão coletiva, ou seja, daquilo que foi preciso para criar um mundo novo e cujo o produto está na nossa ótica.

Quando ilustramos as expectativas de futuro dos entrevistados temos mais elementos para a revolução simbólica. Aqui, os estudantes passam a sonhar para além do campo dos possíveis, a saber, sua situação inicial, antes de entrar no Prouni.

- *“Meus planos são de entrar em um bom escritório e logo mais poder ter o meu próprio escritório. E já terminar e começar outra graduação o mais rápido possível que conseguir ingressar”.* (Katia, estudante de direito).
- *“Eu escolhi a área de Neuro Pediatria para trabalhar, vou iniciar estágio voluntário na APAE de São Carlos em breve, o que me possibilita uma chance de ser admitida quando houver vaga. Não tenho a intenção de parar de estudar e espero logo iniciar o mestrado. Tentei ingressar no Ciências sem Fronteiras ano passado, mas não consegui proficiência no inglês. Nos horários possíveis trabalho como massoterapeuta autônoma e continuarei o quanto for possível. Tenho ótimas expectativas em relação ao futuro”.* (Maria, estudante de fisioterapia).
- *“Através da faculdade consegui um estágio em uma multinacional e hoje já fui contratada e até promovida. Estou curando MBA com auxílio da empresa. O ProUni*

*foi uma alavanca importante para o meu crescimento profissional”. (Rita, formada em relações internacionais).*

- *“Meu primeiro objetivo era um emprego fora do país, e ela foi alcançada. Atualmente sou estagiária nos Estados Unidos, transferida pela empresa que trabalhei no Brasil. Para a minha volta, espero conseguir uma vaga de trainee em alguma empresa”. (Clara, formada em Propaganda e marketing).*
- *“Ainda não alcancei meu objetivo. O começo está sendo bem complicado, porém acredito que faça parte de todo início de carreira, principalmente pela falta de contatos”. (Vitória, formada em arquitetura).*

As falas das estudantes Katia e Maria, que são bolsistas do ProUni, são permeadas de expectativas positivas após se formarem, e ambas traçam planos para o futuro. Já na outra linha, no que concerne aos estudantes já formados, destacamos as falas de Rita, Clara e Vitória. Rita aponta o ProUni como uma importante alavanca profissional em sua vida pois, após se graduar no curso de relações internacionais, a ex-bolsista trabalha em uma multinacional e está fazendo um MBA com apoio da empresa. Clara conseguiu uma ascensão indo trabalhar nos Estados Unidos, como era a meta por ela estabelecida. Já a ex-bolsista Vitória, que se formou como arquiteta, demonstra em sua fala uma problemática que atinge vários formandos: a dificuldade de se empregar no mercado de trabalho. O que chama a atenção é o fato de Vitória mencionar que a falta de contatos acaba sendo um empecilho, ou seja, a falta de um capital social. O capital social seria um conjunto de relações que podem ser cruciais para uma mobilização profissional e social, e ter essas relações implica ter uma rede ativa de ligações das quais se pode ganhar tanto material quanto simbolicamente.

Para demonstrar o nosso argumento sobre a revolução simbólica na vida dos estudantes, apresentaremos as respostas sobre o que o programa representa na vida desses informantes. Apesar de críticas pontuais, os estudantes não negam a ascensão social via Prouni:

- *“O ProUni representou uma mudança em minha vida. Claro que está longe de ser o modelo ideal. Eu estava no interior e a universidade pública era algo que eu não almejava por achar impossível. O ProUni me proporcionou o ingresso a esse universo e ver que tudo era possível. Ajudei minha comunidade com essa conquista”. (Paula*

*formou-se em Pedagogia, fez mestrado em uma universidade pública e atualmente faz doutorado em uma instituição pública).*

- *“O ProUni representa muito, mas não é tudo. Tem suas falhas e precisa ser reformulado, principalmente quanto à bolsa permanência. Pois não são todos os pais que pensam e agem como os meus, fazendo todo o esforço para me manter em um curso que culturalmente é para elite. Não foi fácil. Vi pessoas que participaram da entrevista socioeconômica no mesmo dia que eu fiz, e elas estavam desistindo ali, pois não tinha dinheiro para morar em Campinas. O ProUni sozinho não seria nada. Meus pais foram importantes nesse processo. Arquitetura estaria fora dos meus planos se não fosse o ProUni”. (Vitória formou-se em Arquitetura, trabalha de forma autônoma na área e está à procura de uma melhor colocação em sua carreira).*
- *“Uma mudança de perspectiva enquanto pessoa e cidadão. Passei a me interessar mais por política e atuar na vida pública. Foi antes de tudo uma mudança cognitiva”. (Celso formou-se em História e atualmente é professor na rede privada).*
- *“Uma chance de ser a primeira pessoa da família a ter nível superior. Uma chance de ser o orgulho dos meus pais. Uma chance de poder ter o futuro que eu desejo”. (Katia está na graduação no curso de Direito).*
- *“Representou uma porta de entrada na faculdade para quem não tem condição nenhuma de entrar. Creio que me ajudou bastante, mas poderia ter me ajudado mais. Sei de pessoas que tem a bolsa e não precisam, e tiram a oportunidade de outras pessoas. Acho que o programa tem que ser melhor fiscalizado e usado. Resumindo: acho que o programa é bom, mas não é justo”. (Maria está na graduação no curso de fisioterapia).*
- *“Em uma livre tradução, representou a minha passagem da adolescência para a vida adulta. Sem o ProUni eu não teria condições e nem meus pais de pagar a faculdade. Abriu as portas para o futuro. Acredito que este é um dos grandes e louváveis programas do governo, apesar de algumas falhas, pode-se dizer que os benefícios são grandes”. (Clara formou-se em Propaganda e Marketing e faz estágio nos Estados Unidos em sua área de formação).*

A partir dos depoimentos, podemos extrair importantes informações, a saber: o ingresso ao ensino superior continua sendo uma distinção, ou seja, uma propriedade relacional que ainda não atinge a todos, e eis o contraste com a ideia de uma universidade para todos. Dados do IBGE de 2013 apontam que somente 54,3% dos estudantes concluíram o ensino médio, o que representa um número extremamente baixo e nos revela o porquê de o ProUni ser um marco. Muitos não ingressam nas universidades, pois não conseguiram nem concluir os estudos, e outros quando concluem são rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho em profissões que não exigem amplas qualificações. Quem faz ProUni já está dentro de um plano de distinção, pois já concluiu o ensino médio e ingressou na universidade mediante não só o auxílio de uma bolsa, mas também do alicerce familiar, como pontuado na fala da informante Vitória.

O ProUni proporcionou uma mudança cognitiva na vida desses beneficiários que se vêm em uma realidade diferente de seus pais. As possibilidades tornam-se múltiplas, e como a revolução simbólica causa impactos geracionais, podemos refletir mais à frente sobre os filhos desses beneficiários. Suas trajetórias vão ser marcadas sob a égide do êxito dos pais e o ingresso ao ensino superior vai ser algo “natural”. Evidentemente, não existem processos “naturais” e sim construções sociais condicionadas pelo *habitus*, e o *habitus* é mutável. Porém, o que está embutido na revolução simbólica é mais do que uma posição no mercado de trabalho ou uma oportunidade trabalhar no exterior, mas a ideia de que jovens até então excluídos possam fazer desse campo de possibilidades. A revolução simbólica entendida nesse texto como uma transformação pontual no estilo de vida dos estudantes, assim como no lugar ocupado por estes na estrutura social, passa a contemplá-los e a transformar as suas representações sociais.

#### 4. Considerações finais

O ProUni é um marco que provocou enormes mudanças no cenário social brasileiro, pois sua proposta democratizante atinge inúmeros estudantes que anteriormente não chegavam ao ensino superior. Consolidado desde 2005, o programa promoveu uma inclusão até então inédita, como podemos constatar pelo número expressivo de bolsas já distribuídas ao longo desses 10 anos. A proposta dessa dissertação foi investigar o ProUni como um interessante fenômeno sociológico, a partir do estudo da trajetória de 16 alunos que são ou foram beneficiários do programa.

Partindo do fio condutor de quem são os herdeiros da educação no Brasil, ou seja, de quem são efetivamente os estudantes que carregam o capital escolar legítimo para uma trajetória de êxito e prestígio, discutimos o papel do capital cultural e do capital econômico pensando nas singularidades da sociedade brasileira. A inspiração teórica dessa discussão emergiu da obra *Os herdeiros* de Pierre Bourdieu, escrita em parceria com Jean-Claude Passeron. Levando-se em consideração que a obra foi publicada durante a década de 1960, e que há peculiaridades concernentes a países tão distintos como França e Brasil, entendemos que a atemporalidade da discussão do livro atinge o cerne de uma desigualdade perpetuada pela instituição escolar e como isso se reflete no ingresso ao ensino superior.

Na última parte da dissertação, apresentamos as entrevistas com o objetivo de conhecer os estudantes do ProUni e as suas trajetórias, além de fomentarmos a ideia que levantamos de uma alteração no estilo de vida e na situação material dos estudantes do ProUni, mudando a ordem simbólica e cognitiva destes. Com os resultados obtidos, podemos postular que, silenciosamente, essa mudança cognitiva ocorre, proporcionando renovações tanto para esses estudantes quanto para sua rede de relações, influenciada por esses alunos, o que estamos chamando de revolução simbólica.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria. “**O assalto à educação pelos economistas**”. In: Tempo social, revista de sociologia da USP, 2008.

\_\_\_\_\_. **A noção de capital cultural é útil para pensar o Brasil?** In: Zago, N. Sociologia da educação: Pesquisa e realidade. Petrópolis, 2007

ALVES, TamyresGaby Martins. **A relação do Estado e Mercado privado nos parâmetros educacionais e as representações sociais: o caso Prouni**. Trabalho de conclusão de curso apresentado e defendido em agosto de 2014.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeira lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Editora Vozes, Petrópolis, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.

\_\_\_\_\_. **La distinction: Critique Sociale Du Jujement**. Paris: Minuit, 2008

\_\_\_\_\_. **Manet: Une revolution symbolique**. Raison d’ agir/Seuil, 2013

\_\_\_\_\_. **Os herdeiros, os estudantes e a cultura**. Editora UFSC, 2014 (Jean-ClaudePasseron).

\_\_\_\_\_. **O ofício do sociólogo**. Editora Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 2014.

BRITO, Bárbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antônio Henrique Pinheiro. “Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro”. In: **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (1): 7-21 jan./mar. 2005.

BRZEZINSKI, Iria. **Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: Embates entre projetos antagônicos da sociedade e educação**. In: Trabalho Educação Saúde, Rio de Janeiro, Volume 8 n.2, p.185-206, jul/out 2010

CARIA, T. **A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteira**. Porto: Afrontamento, 2003. p.09-20.

CARVALHO, Cristina Almeida. “**O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior**”. In: Revista Educação e Sociedade, vol. 27, p. 979-1000Campinas, 2006.

CATANI, Afrânio; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. “ProUni: democratização do acesso às instituições de ensino superior”. In: **Revista Educar**, nº 28, p. 125-140, Curitiba, UFPR, 2006.

COSTA, M; BARTHOLO, T. **Padrões de segregação escolar no Brasil: Um estudo comparativo entre capitais do país**. Educação e Sociologia. Campinas. Vol: 35, p:1183-1203, 2014

CUNHA, Luiz Antonio. “O desenvolvimento meandroso da educação Brasileira entre o estado e o mercado”. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

D’AVILA, José. **Trajatória escolar: investimento familiar e determinação de classe**. Educação e Sociedade ,1998

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam?** São Paulo: EDUSP, 2008.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Editora LTC, 1988

Jornal **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Último acesso: 16/07/2014.

Jornal **Folha de São Paulo**. Disponível em: <Folha de São Paulo.<http://www.folha.uol.com.br/>>. Último acesso: 16/07/2014.

KAUFMANN, J. **L’entretiencompréhensif**. Paris. Nathan. 1996

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. Editora Ática, 1997.

LIMA, Jacqueline Baptista de Souza; PAULA, Luciane Maria Argenta de Mattes; PAULA, Rogério Carvalho de. **Entendendo a Parceria Pública Privada no Brasil: Uma Análise Preliminar**. Dez. 2005.

LODOVICI, E. Samek; BERNARGGI, G. M; FINGERMANN, Henrique (Orgs.). **Parceria Público-Privada: Cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1998 e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil**. Educação. Sociedade. Campinas, Volume 30, n 106, p12-35, 2009.

MARTINS, Thais Joi. **Desejo, necessidade e realidade: os marcadores culturais e econômicos e suas implicações ocupacionais para o grupo profissional de engenheiros de produção no brasil**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, 2015.

NASCENTES, Adriana. **Práticas de Parcerias Público-Privadas no Brasil e no Exterior: êxitos e riscos**. Relatório final relativo à pesquisa, análise e sistematização das Melhores Práticas, casos de êxito e de risco. Jul. 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar: Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: **Família e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Org: Nogueira, Maria Alice, Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir. Editora Vozes, 2000.

PINTO, Fabiane Louise Bitencourt; GODOY, Ricardo Wanner de; RIBEIRO, Daniel Barroso de Carvalho. “Parceria Público-Privada: uma experiência em construção”. In: **Estudos Ciência e Empresa**, nº 2, Teresina, Ano 8, nov. 2011.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Editora Campus, São Paulo, 2000.

Portal IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Último acesso: 16/01/2016.

Portal IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Último acesso: 16/01/2016.

Portal HelloResearch. Disponível em <<http://helloresearch.com.br/>> Último acesso: 16/01/2016.

Portal Ministério da educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Último acesso: 16/01/2016.

PULICI, C. **O charme (in)discreto do gosto burguês paulista**: Estudo sociológico da distinção em São Paulo. 2010. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Portal Prouni. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Último acesso: 16/01/2016.

Portal Palácio do Planalto. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Último acesso: 16/01/2016.

RODRIGUES, E.M. **Ensino Noturno de 2º grau: O fracasso da escola ou a escola do fracasso?** Educação e Realidade. Porto Alegre, n20, p. 49-72, 1995

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: O estudante trabalhador. In: **Família e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Org: Nogueira, Maria Alice, Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir. Editora Vozes, 2000

SAMPAIO, Helena. “O setor privado de ensino superior no Brasil: Continuidades e transformações”. **Revista Ensino Superior Unicamp**, 2011.

SEGALEN, M. **A revolução industrial: do proletário ao burguês**. História da família, Lisboa, Terramar, 1999.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. “ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior”. In: **Revista Pro-Posições da Faculdade de Educação da UNICAMP**, Campinas, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Editora UFMG, 2012.

VIANA, Maria José. In: Longevidade escolar em famílias de camadas populares: Algumas condições de possibilidade. In: **Família e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas**

médias e populares. Org: Nogueira, Maria Alice, Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir. Editora Vozes, 2000.

VIEIRA, Evaldo. “A política e as bases do direito educacional”. In: **Caderno CEDES**, vol. 21, nº 55, Campinas, nov. 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das letras, 2004.

WHITAKER, Dulce. **UNESP**: Diferentes perfis de candidatos para diferentes cursos. Pesquisa Vunesp, 2, São Paulo. Vunesp, 1989

ZAGO, Nadir. “Processo de escolarização nos meios populares: As contradições da obrigatoriedade escolar”. In: **Família e Escola**: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Org: Nogueira, Maria Alice, Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir. Editora Vozes, 2000.

## Anexo A

### Presidência da República

#### Casa Civil

#### Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### LEI No 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.

#### [Mensagem de veto](#)

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos -PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei [no 9.870, de 23 de novembro de 1999](#).

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de Ensino Superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do PROUNI responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4o Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do PROUNI, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5o A instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a se estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1o O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2o O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3o A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo PROUNI, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4o desta Lei.

§ 4o A instituição privada de Ensino Superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no capítulo deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oitointeiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do PROUNI, efetivamente recebida nos termos da [Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5o Para o ano de 2005, a instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação,

excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do PROUNI, efetivamente recebidos nos termos da [Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6o Aplica-se o disposto no § 5o deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1o (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de

graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4o deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6o Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6o do art. 5o desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7o As obrigações a serem cumpridas pela instituição de Ensino Superior serão previstas no termo de adesão ao PROUNI, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5o desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1o O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2o No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1o deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1o e 2o desta Lei.

§ 3o As instituições de Ensino Superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4o O Ministério da Educação desvinculará do PROUNI o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5o desta Lei.

§ 5o Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do PROUNI, a estudantes dos cursos referidos no § 4o deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8o A instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: ([Vide Medida Provisória nº 235, de 2005](#))

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela [Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#);

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela [Lei Complementar no 70, de 30 de dezembro de 1991](#); e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela [Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970](#).

§ 1o A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de Ensino Superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos seqüenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do PROUNI, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do PROUNI, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de Ensino Superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no Ensino Superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do PROUNI, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25%

(vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3o e no inciso II do caput e §§ 1o e 2o do art. 7o desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1o do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1o do art. 1o desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3o, 4o e 5o do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2o do art. 1o desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

III - gozar do benefício previsto no § 3o do art. 7o desta Lei.

§ 1o Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do PROUNI, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2o As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do PROUNI, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o [art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 3o O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da [Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004](#), cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4o Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5o Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no [art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1o e 2o do art. 1o desta Lei, as instituições que aderirem ao PROUNI ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes

destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas PROUNI concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de Ensino Superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o [§ 7o do art. 195 da Constituição Federal](#), que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo [art. 7o-A da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995](#), passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1o dia do mês de realização da assembléia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a gradação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao PROUNI na forma do art. 5o desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no [art. 6o da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002](#), será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de Ensino Superior aderentes ao PROUNI, inclusive na vigência da [Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004](#).

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5o desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subseqüentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9o desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de Ensino Superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da [Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004](#), ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4o e no caput do art. 5o desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3o da Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3o .....

**I** - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

**II** - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

**VII** - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O Anexo I da Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA /*Antonio Palocci Filho/Tarso Genro*

**Anexo B****“ProUni: Alteração morfológica e revolução simbólica na vida dos beneficiários”**

Meu nome é Tamyres Gaby Martins Alves, sou estudante de mestrado do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara e estou realizando uma pesquisa para obtenção do título de Mestre chamada Prouni: alteração morfológica e revolução simbólica na vida dos beneficiários. Estou convidando você como bolsista ou ex-bolsista do programa para participar e contribuir nessa pesquisa. Sua participação é fundamental nesse processo. Deixo meu e-mail para contato para confirmar sua colaboração ou para sanar qualquer dúvida: [tamyres.gabyalves@gmail.com](mailto:tamyres.gabyalves@gmail.com)

Desde já meus agradecimentos,

Atenciosamente

Tamyres

## Anexo C

Perguntas das entrevistas realizadas com os bolsistas e ex-bolsistas do ProUni:

Sexo

- Feminino
- Masculino

Em que cidade/Estado você nasceu?

Idade

Estado Civil

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- Outro

Estudou em uma escola:

- Pública
- Privada na condição de bolsista

Na questão étnico-racial define-se como:

- Branco (a)
- Negro (a)
- Pardo (a)
- Indígena
- Amarelo

Tem alguma religião? Se sim qual?

Em que ano concluiu a graduação? (Pergunta dirigida somente a ex-bolsistas)

Qual o curso realizado?

Qual a universidade e cidade a qual ela encontra-se localizada?

Qual foi o tipo de bolsa que tem ou teve do ProUni?

- Integral
- Parcial

Contou com a bolsa permanência do programa?

- Sim
- Não

O ProUni foi sua primeira opção ao tentar ingresso em uma universidade?

Profissão e escolaridade do pai.

Profissão e escolaridade da mãe.

Teve algum incentivo para entrar na universidade? Se sim de quem (Família, amigos, escola, outros)

Como soube do ProUni?

Como foi a trajetória na universidade ou como está sendo? (Sofreu algum preconceito por ser bolsista? Questão da permanência).

Após se formar quais são suas expectativas em relação ao futuro? Se já é formado suas expectativas foram alcançadas?

O ingresso na universidade acarretou em uma mudança/transformação na sua vida e nos demais ao seu redor (família, amigos, vizinhos)?

Atualmente o que você faz? (Pergunta direcionada somente aos graduados).

Alguém que você conheça recebe bolsa do ProUni (familiares, vizinhos, amigos)?

Você chegou a realizar cursinho pré-vestibular?

Você tem o hábito de assistir televisão? Se a resposta for sim, quais programas costuma assistir?

Você utiliza a internet? As redes sociais são incorporadas ao seu cotidiano?

Você tem o hábito de ler? Se sim, sabe aproximadamente uma média de livros lidos no ano?